

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

William Prux

DISCUTINDO A INFLAÇÃO NO ENSINO MÉDIO:
construção e análise de uma unidade didática interdisciplinar

Porto Alegre
2023

William Prux

DISCUTINDO A INFLAÇÃO NO ENSINO MÉDIO:
construção e análise de uma unidade didática interdisciplinar

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares

Porto Alegre
2023

CIP - Catalogação na Publicação

Prux, William

DISCUTINDO A INFLAÇÃO NO ENSINO MÉDIO: Construção
e análise
de uma unidade didática interdisciplinar / William
Prux. -- 2023.

88 f.

Orientador: Paulo Roberto Rodrigues Soares.

Trabalho
de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de
Geociências, Licenciatura em Geografia, Porto Alegre,
BR-RS, 2023.

1. Ensino de geografia. 2. Interdisciplinaridade.
3. Material
didático. 4. Ensino/aprendizagem. 5. Desigualdades
sociais. I. Rodrigues Soares, Paulo Roberto, orient.
II. Título.

RESUMO

Este trabalho visa propiciar a composição e análise de material didático, subsidiando a construção de uma unidade pedagógica interdisciplinar sobre inflação, a ser desenvolvida no ensino médio. Tenciona-se possibilitar aos discentes a edificação sobre conceitos relacionados às desigualdades sociais, econômicas e o poder de compra do salário mínimo, correlacionando interdisciplinarmente o ensino de Geografia, de História e de Matemática e suas tecnologias. A metodologia utilizada foi a de levantamento bibliográfico, por intermédio de obras relacionadas à temática que versassem sobre a importância da interdisciplinaridade no ensino básico e sobre o impacto econômico-social da inflação na história brasileira; tanto na construção para subsidiar a demanda social do trabalho, quanto na análise da unidade didática construída. Em vista disso, foi possível redigir material didático com foco em ensino/aprendizagem e embasamento geográfico econômico que propicie vislumbrar o caráter espacial das desigualdades em território brasileiro.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Interdisciplinaridade; Material Didático; Ensino/aprendizagem; Desigualdades Sociais.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Projeção de inflação anual por país em 2022

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Inflação mundial (Em %)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	ASPECTOS METODOLÓGICOS	9
3	CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DA INFLAÇÃO NO BRASIL	13
4	INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO BÁSICO	21
5	ANÁLISE CRÍTICA DA UNIDADE DIDÁTICA	26
5.1	PROMOÇÃO DE QUESTÕES SOCIAIS RELACIONADAS À INFLAÇÃO	26
5.2	CARÁTER INTERDISCIPLINAR DA UNIDADE DIDÁTICA	29
5.3	JUSTIFICATIVA TEÓRICA E REFERENCIAL DAS OPÇÕES DIDÁTICAS	31
5.4	PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTOS PARA TRABALHOS FUTUROS	34
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
	REFERÊNCIAS	38
	APÊNDICE A – Unidade didática interdisciplinar	43

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo a elaboração e posterior análise crítica de uma unidade didática interdisciplinar sobre a inflação e temas subsequentes, voltada para o primeiro ano do Ensino Médio, que engloba Geografia e História, no campo das Ciências Humanas, e Matemática, no campo da Matemática e suas tecnologias.

O interesse na elaboração desse trabalho surgiu em razão do acompanhamento de comentários em posts em redes sociais, especialmente oriundos de pessoas nascidas após a década de 1990, em que parecia haver uma consoante visão idealizada sobre preços de produtos ao longo da primeira década do Plano Real, carente de embasamento sobre a questão da inflação e o aumento real do poder de compra do salário mínimo.

Destarte, consistindo em observar isoladamente o preço em reais de um produto em um momento dado em questão, e comparar com o seu valor atual, e interpretar nisso uma redução do poder de compra e posterior decréscimo na qualidade de vida do consumidor brasileiro. Algo que, quando não acompanhado de uma visão crítica sobre outras questões, como na inflação observada e na variação do salário mínimo, resulta em uma observação anacrônica, em que se perpetua erroneamente uma visão sem embasamento real.

Oriundo das trincheiras da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande Sul, o autor desta monografia sempre teve interesse no valor pedagógico e sociomodificador da abordagem das questões socioeconômicas no ensino básico, e vê, na elaboração deste trabalho, uma oportunidade de exercitar e construir algo que possa tanto servir como exercício para sua futura docência quanto para subsidiar uma unidade didática para ser colocada em prática por outros professores, de forma a agregar na formação crítica e social dos alunos.

Neste íterim, os alunos que serão encontrados ao longo dos próximos anos nas salas de aula do ensino médio brasileiro, em sua maioria, nasceram a partir da segunda metade da década de 2000, quando já havia decorrido mais de dez anos da implementação do Plano Real e, com ela, a subsequente estabilização da inflação. Mesmo seus pais, em grande parte oriundos da década de 1980 ou dos fins

da década de 1970, não tiveram uma vida economicamente ativa antes da implementação do Plano Real, não havendo uma passagem oral de experiências vividas ao longo da hiperinflação brasileira.

No que tange ao desenvolvimento do trabalho, ao longo do primeiro capítulo, procurou-se realizar uma solidificação teórica metodológica das bases que nortearão a unidade didática, buscando direcionar a construção e o enquadramento da unidade.

Ao longo do segundo capítulo, realizou-se um levantamento teórico com base em revisão bibliográfica, na maior parte com base em clássicos da economia brasileira, que versam sobre a presença e importância da inflação ao longo da história socioeconômica brasileira, tanto ao longo de períodos de hiperinflação, quanto em períodos de estabilização. Por conseguinte, de forma a subsidiar e apontar a importância e necessidade da inclusão dessa temática nas discussões e nos currículos presentes no ensino básico brasileiro.

Já no terceiro capítulo, buscou-se, por meio de uma revisão bibliográfica sobre interdisciplinaridade no ensino básico, contribuir para a construção de uma unidade didática, utilizando autores renomados na temática, partindo da ótica dos clássicos à visão dos autores mais recentes e que têm vivenciado as novas mudanças na estrutura do ensino médio brasileiro. Procurou-se deixar de lado a pauta disciplinar e fomentar a busca pela concretude possibilitada pela interdisciplinaridade.

Já no quarto capítulo do trabalho, realizou-se uma análise crítica embasada da unidade didática construída após o levantamento teórico e a solidificação didática metodológica subsidiada pelos capítulos anteriores, unidade didática que está disponibilizada em sua totalidade nos apêndices do trabalho.

A partir do embasamento teórico, procurou-se analisar as escolhas e a construção das aulas e a unidade em si, à luz das questões levantadas ao longo dos capítulos anteriores, procurando elucidar a presença dos temas norteadores e possível eficiência didática desses na construção cidadã dos alunos.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Partiu-se da constituição de três questões fundamentais para o andamento do trabalho:

1. Como elaborar uma unidade didática interdisciplinar sobre inflação?
2. A unidade didática construída consegue trabalhar a interdisciplinaridade em sala de aula?
3. A unidade didática construída consegue promover reflexões quanto a questões de caráter social e financeiro relacionadas à inflação?

Neste contexto, o propósito fundamental do corrente trabalho consiste em elaborar uma unidade didática interdisciplinar para o ensino médio que promova reflexões quanto a questões de caráter social e financeiro relacionadas à inflação. Para isso, parte-se do objetivo preliminar, que consiste em um levantamento conceitual de referências teóricas, que versem sobre a inflação no Brasil e sobre a interdisciplinaridade no ensino básico.

Com isso em mente, nota-se a necessidade da importância dada ao levantamento conceitual de referências teóricas sobre o tema da inflação no Brasil e sobre a interdisciplinaridade no ensino básico, abordando a inflação de forma interdisciplinar e buscando uma estratégia eficaz para despertar o interesse dos alunos e tornar o aprendizado mais significativo e contextualizado.

A partir da revisão bibliográfica da atual conjuntura, da história da inflação brasileira e das questões que a cercam, procurou-se efetuar a fomentação do arcabouço teórico da prática didática. Concomitantemente, foi realizada uma revisão bibliográfica da interdisciplinaridade no ensino básico, em especial, no ensino médio, de forma a possibilitar uma correta abordagem e uma integração das disciplinas de Geografia, Matemática e História, visando trabalhar os temas delimitados na revisão da conjuntura inflacionária por diversos ângulos.

De forma a buscar possibilitar aos discentes o entendimento de parte da história econômica do país e suas implicações sociais e políticas, apresentou-se um objetivo relevante para o ensino, o da busca pela promoção à reflexão crítica dos alunos sobre questões complexas da sociedade brasileira.

Sendo assim, a partir da fomentação metodológica, que possibilitou a identificação de eventuais falhas ou lacunas na abordagem do tema da inflação e na integração das disciplinas de Geografia, Matemática e História, pretendeu-se

produzir o material didático que atendesse aos critérios indicados, servindo para discussões e para uma possível aplicação por outros docentes interessados na problemática. Tendo em vista a não aplicabilidade da unidade didática durante a construção do trabalho, passou-se a analisá-la criticamente à luz do arcabouço teórico.

Ainda, tendo como objetivo elaborar uma unidade didática interdisciplinar, a partir da habilidade aplicativa EM13MAT104 (BNCC, 2018), que versa sobre a interpretação de taxas e índices de natureza socioeconômica; fomentando o arcabouço normativo do trabalho. Porquanto, propiciando apresentar aos alunos os conceitos de inflação, e quais índices impactam o cálculo dessa ao se realizar atividades sobre a questão.

Em sequência, buscou-se dar à unidade didática um viés prático e aplicável, por meio do qual o discente possa utilizar em sua ida ao supermercado, em negociações salariais e na sua luta por redistribuição de renda, o que pode tornar mais motivador para os alunos. Ao mesmo tempo, a busca pela solidificação da construção, visa que o desenvolvimento de habilidades e competências deve estar sempre acompanhado da consolidação dos conceitos fundamentais, demonstrando uma tentativa de abordagem teórico-prática que visa estimular a reflexão por parte dos discentes.

Visa-se que o público-alvo deste trabalho seja principalmente de docentes do ensino médio que desejem compreender e trabalhar a problemática em sala de aula ou tenham despertado o interesse a partir das demandas dos discentes. De forma que parte do objetivo do trabalho é contribuir para a formação continuada dos professores e para a melhoria da qualidade do ensino.

Por outro lado, o público impactado diretamente pela aplicação dessa unidade didática interdisciplinar é formado por alunos do primeiro ano do ensino médio, indicando-se que o trabalho foi pensado e desenvolvido considerando as especificidades e necessidades desse público, o que pode aumentar a efetividade e relevância da unidade didática.

Acresce que o caráter da pesquisa que norteará o trabalho é de cunho bibliográfico, realizando-se de forma qualitativa, indicando uma preocupação em selecionar materiais relevantes e de qualidade para embasar o desenvolvimento da unidade didática interdisciplinar, entre as quais a seleção de artigos, livros e capítulos, com base em sugestões realizadas por docentes da trajetória do autor na

graduação e de pesquisas que visavam ao encontro de material adequado a essa fase de embasamento teórico.

As escolhas dos materiais foram feitas com um olhar crítico e orientadas por pessoas com experiência e conhecimento na área, o que pode aumentar a qualidade e relevância da pesquisa e demonstra uma preocupação em contribuir para a produção de uma unidade didática interdisciplinar sólida e embasada em fundamentos teóricos consistentes.

A análise crítica da unidade didática foi realizada sem a sua aplicação em sala de aula. Isso significa que a análise foi baseada em pressupostos teóricos e em fontes teóricas adicionais que puderam ser encontradas durante a elaboração do material didático.

É importante ressaltar que essa abordagem pode ter suas limitações, pois a aplicação prática em sala de aula pode revelar aspectos e desafios que não foram considerados durante a elaboração teórica da unidade didática. No entanto, a análise crítica com base na teoria pode fornecer percepções valiosas e contribuir para aprimorar a qualidade do material didático elaborado.

No que tange às distinções encontradas no levantamento teórico, optou-se por autores ditos clássicos sobre ambos os temas abordados, (FURTADO, 2007; LEITÃO, 2011), que versam sobre inflação e história econômica do Brasil, e (FAZENDA, 2015; SANTOMÉ, 1987) sobre interdisciplinaridade. Demonstrando diversidade de fontes teóricas disponíveis para embasar o trabalho, referente à inflação no país e à interdisciplinaridade na educação básica.

No que tange às limitações encontradas, essas referem-se muito mais às possibilidades de acesso aos materiais, e não à escassez de informações relevantes. Isso reforça a importância de se utilizar todas as fontes disponíveis para a fomentação conceitual, incluindo as tecnologias digitais e as redes de informação disponíveis na internet. Dessa forma, é possível enriquecer o trabalho com diferentes perspectivas e contribuições, tornando-o mais abrangente e qualificado.

Tendo em vista o embasamento unicamente teórico da análise crítica da unidade a ser realizada, optou-se por realizar a divisão em quatro seções, como forma de compartimentar, e a partir da divisão, possibilitar um maior entendimento e leitura crítica por parte do leitor.

Consiste-se, de fato, em uma seção que visa avaliar a presença da promoção de reflexões quanto a questões de caráter social e financeiro relacionadas à inflação, a ser realizada, em especial, com base em Furtado (2007) e Prado Júnior (2012).

Uma seção que visa medir o caráter interdisciplinar da unidade didática, buscando, nesse ponto, uma fomentação teórica baseada, especialmente, em Fazenda (2015) e Japiassu (1976), com o objetivo de avaliar a condição interdisciplinar da unidade didática.

Uma seção que visa justificar bibliograficamente as opções didáticas, especialmente no que tange a avaliações realizadas ao longo da unidade didática, como a valorização da história oral, embasada especialmente nos preceitos de Le Goff (2003); Santhiago e Magalhães (2012).

Além disso, a abordagem refere a “*gamificação*” no ensino, com base especialmente em Raguze e Silva (2016); Alves e Teixeira (2012). A utilização de simulações em sala de aula, com base em Sartore (2019); Oliveira e Bastos (2004). E a utilização de pesquisas de campo, com base em Florencio (2018); Souza e Chiapetti (2012).

Por fim, a seção final consiste em uma proposta de encaminhamentos para trabalhos e estudos futuros relacionados à problemática, com enfoque na necessidade de aplicação prática da unidade didática, para uma melhor mensuração dos resultados e análises críticas.

3. CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DA INFLAÇÃO NO BRASIL

Debruçar-se sobre o processo de construção de uma unidade didática sobre inflação exige um aprofundamento teórico preliminar do contexto histórico econômico e social brasileiro. Tanto como instrumentalização na construção da unidade, quanto para validar a escolha dessa temática. Em verdade, evidencia-se a necessidade de um conhecimento sólido sobre o assunto abordado, a fim de transmiti-lo de forma clara e objetiva, além de contribuir para a compreensão da relevância e a aplicabilidade do tema, tornando-o contextualizado à realidade do aluno.

Em Furtado (2007), há uma definição muito interessante sobre inflação e a consequente aplicação de redistribuição da renda real. Aborda-se de forma mais ampla como a elevação do nível de preços pode afetar diferentes grupos sociais de maneira diferente, o que pode levar a uma mudança na distribuição da renda em uma economia:

A inflação é o processo pelo qual a economia tenta absorver um excedente de procura monetária. Essa absorção faz-se através da elevação do nível de preços, e tem como principal consequência a redistribuição da renda real. O estudo do processo inflacionário focaliza sempre esses dois problemas: a elevação do nível de preços e a redistribuição da renda. Seria, entretanto, errôneo supor que se trata aí de dois problemas autônomos (Furtado, 2007, p. 5).

Mesmo durante o período monárquico, em que a grande maioria do contingente populacional se encontrava vivendo em áreas rurais, Furtado (2007) aponta que os efeitos imediatos da pressão inflacionária mais fortemente sentidos nas zonas urbanas acarretavam um empobrecimento da classe urbana, o que explica em parte o caráter urbano das revoltas da época. Enquanto as zonas rurais eram mais autossuficientes, tendo como base um trabalho servil, e passavam razoavelmente impunes dos efeitos imediatos da inflação.

Durante a década de 1920, Furtado (2007) afirma que os empréstimos externos tomados pelo Estado brasileiro destinados à compra de café que era retirado do mercado e queimado - iniciativa que vinha do *lobby* da indústria cafeeira no cenário político brasileiro - resultou em um aumento brusco da renda desse grupo

e, por conseguinte, em uma pressão inflacionária, semelhante à de emissão de papel-moeda.

Sobre o processo de substituição de importações colocado em prática pelo Estado brasileiro ao longo do século XX, houve claramente tensões inflacionárias que foram geradas pelo processo, o que destaca a importância de se entender o papel do sistema financeiro e monetário na transformação dessas pressões em inflação aberta. Tavares (2010, p. 117) afirma que “o processo de substituição de importações traz dentro de si uma série de tensões inflacionárias, originada quer no próprio estrangulamento externo, quer nos desajustes da estrutura de produção interna”.

Ainda sobre o processo de substituição de importações, Prado Júnior (2012) afirma que a drástica restrição às importações e à concorrência de manufaturas estrangeiras importadas estimula a alta de preços e o ritmo do processo inflacionário, resultando na precipitada inflação e na subsequente desvalorização da moeda brasileira que se prolongou ao longo de toda segunda metade do século XX. Em vista disso, havendo impactos na sociedade brasileira até hoje, com graves perturbações da normalidade econômica do país e com implicações mais pesadas sobre camadas menos favorecidas da população brasileira.

É interessante ressaltar que o processo de substituição de importações é uma estratégia econômica que envolve a criação de uma indústria nacional capaz de substituir a produção de bens importados, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e reduzir a dependência externa. No entanto, essa estratégia pode gerar tensões inflacionárias devido a desajustes na estrutura de produção interna e ao estrangulamento externo.

A partir da década de 1950, o Brasil passava por uma inflação galopante resultante das emissões de papel-moeda feitas anteriormente para atender a inflação anterior. Prado Júnior (2012) observou que a aceleração desse processo inflacionário, que visava lidar com a alta precipitada dos preços, resultou definitivamente em um processo inflacionário autoestimulante e de efeitos cumulativos.

Ainda segundo Prado Júnior (2012, p. 242): “A inflação de preços constitui certamente um dos traços essenciais da evolução econômica brasileira em todo período que temos sob as vistas”. Resultando em uma acumulação capitalista acompanhada de perda do poder de compra das parcelas mais pobres da

sociedade. Produto, ainda segundo o autor, da larga defasagem na elevação dos salários, em que a elevação das receitas das empresas gerava ganhos financeiros, tendo em vista a baixa dos custos de produção, resultantes dos salários defasados.

Tal visão é compartilhada por Furtado (2007, p. 183), que afirma que “a elevação contínua do nível dos preços internos foi, destarte, o instrumento que favoreceu a apropriação pelos empresários - particularmente os industriais - de uma parte crescente do aumento de produtividade econômica”. Sugerindo que a inflação pode ter efeitos redistributivos de renda na sociedade, resultando em ganhos exponenciais por parte da burguesia industrial e perdas reais à classe operária.

Tavares (2010), ao tratar do contexto brasileiro da segunda metade do século XX, afirma que o desenvolvimento, então recente, se fez com graves pressões inflacionárias e com o aumento do desequilíbrio externo e das desigualdades regionais. Destacando o crescimento elevado, subsidiado pela maior integração industrial, mas sem deixar de lado os desafios enfrentados, resultantes dessa integração, ocasionando questões inflacionárias de cunho espacial.

Bresser-Pereira (2005), ao dissertar sobre as teorias cepalinas e a teoria estruturalista da inflação, destaca a importância do Estado como agente indutor do desenvolvimento econômico, por meio de políticas públicas, e enfatiza a relação entre a estrutura produtiva da economia e o comportamento inflacionário, o que é fundamental para a compreensão dos processos inflacionários em países em desenvolvimento.

Da mesma forma, o autor aborda, de forma crítica, a economia convencional coordenada pelo estado brasileiro ao longo do século XX e a falta do desenvolvimento de políticas econômicas mais adequadas às realidades dos países em desenvolvimento, tendo em vista as subseqüentes causas estruturais da inflação na economia, como a concentração de renda, a falta de diversificação produtiva e a baixa produtividade.

Sobre a década de 1970, e o decorrer da década seguinte, Prado Júnior (2012) afirma que o forte processo inflacionário dos preços, acompanhado de crescente desemprego e capacidade industrial ociosa, resultou na ocorrência simultânea da inflação e de estagnação crescente. Processo conhecido como estagflação, cuja economia com capacidade ociosa, da qual se espera observar uma deflação dos preços, apresenta nesse caso uma tendência de aumento vertiginoso de preços praticados.

O autor afirma que os desequilíbrios geram pressões inflacionárias na concentração de renda, divergindo da abordagem monetarista comum, que enfatiza o papel da oferta de moeda na determinação da inflação. E considerando que a expansão monetária tem apenas efeitos temporários sobre a inflação, mas não é a causa fundamental do problema.

Tratando sobre a pós-democratização brasileira e a implementação do Plano Real, Sampaio Júnior (1999) vê de forma temerária a reintegração do Brasil aos fluxos de capitais internacionais, que viabilizaram a estabilização da inflação e a liberalização acelerada da economia, abrindo caminho para uma nova rodada de modernização dos padrões de consumo, tendo em vista os efeitos deletérios da adesão aos estilos de vida da era global, com a ampliação dos efeitos de centro periferia nesse contexto. Estabelecendo uma relação entre as transformações econômicas e políticas ocorridas no país ao longo dos anos 1990.

Paralelamente, sem deixar de considerar o efeito imediato na estabilização da inflação, mas também levando em consideração a liberalização da economia. E explorando possíveis aspectos negativos ou desigualdades que possam ter surgido nesse processo, sendo sempre importante ter em mente que as mudanças econômicas e políticas não afetam a todos da mesma forma, e que suas consequências podem ser profundas e complexas.

Da mesma forma, Sampaio Júnior (1999) afirma que a permissiva abertura financeira restringiu consideravelmente a autonomia de decisão das autoridades brasileiras, tendo em vista o alto endividamento resultante da manutenção do padrão cambial do real ao longo da década de 1990. E apresentando uma crítica contundente à situação econômica e política do Brasil, especialmente em relação à inflação.

O autor destaca também que a inflação é um sintoma inequívoco de completo desgoverno, apontando para a falta de instrumentos eficazes de política econômica por parte das autoridades responsáveis, o que resulta em uma perda de autonomia e em um clima propício à ampliação das desigualdades sociais do país.

Na mesma linha, Oliveira (2003) tratando sobre a implementação do Plano Real, destaca a conquista da estabilidade monetária, mas aponta que isso foi alcançado em parte pela abdicação da moeda nacional, o que pode ser considerado um custo significativo. Fatores contribuíram para uma incapacidade de supervisão

dos conflitos sociais, resultando em desigualdades e tensões em diferentes setores da sociedade brasileira.

Entre a segunda metade da década de 1990 e a primeira da década de 2000, Dedecca (2015) destaca a ocorrência de uma redução da desigualdade em um contexto econômico favorável, se diferenciando de outras situações em que a queda da desigualdade foi observada apenas em períodos de crise.

É interessante observar como fatores como o crescimento econômico, a geração de empregos formais e políticas públicas ativas de renda foram importantes para essa redução, indicando que a luta contra a desigualdade pode ser impulsionada por ações governamentais.

A adoção de políticas públicas acompanhadas de uma conjuntura internacional de aumento de demanda por *commodities*, item principal da balança comercial brasileira, possibilitada pelo crescimento econômico da China, propiciou um cenário interno de controle da inflação acompanhado de ganhos reais no salário mínimo, resultando em uma preservação e até aumento do poder de compra dos segmentos da sociedade mais fragilizados quanto aos rendimentos, os mais afetados pela alta da inflação.

Por outro lado, a forte integração econômica com a China teve um efeito negativo na questão econômica, resultando em um posterior cenário ideal ao aceleração da inflação, abordado por Salvadori (2015, p. 15): “Tal efeito teve e continua tendo impacto desastroso sobre a base produtiva interna”. Ou seja, apesar de, no curto prazo, resultar em um aumento do poder de compra das famílias, em médio prazo, resulta em uma redução real da renda, implicando o fechamento de postos de trabalho nas indústrias.

Ainda segundo Dedecca (2015), o declínio da inflação para o patamar de um dígito permitiu a preservação e a cumulatividade dos ganhos de renda induzidos pela política de valorização do salário mínimo, garantindo um aumento real no poder de compra dos trabalhadores e beneficiários de programas sociais como o Bolsa Família, além de minimizar a perda de valor dos benefícios não vinculados ao salário mínimo, garantindo assim uma maior estabilidade financeira para os mais vulneráveis. Ressalta-se a importância do controle da inflação como um fator determinante para o bem-estar econômico e social da população.

DIIESE (2010, p.14), abordando o salário mínimo no contexto pós-constituição de 1988, afirma que “na visão de alguns autores, o salário mínimo

se transformou numa espécie de vilão da economia brasileira ao ser responsabilizado pelo crescimento do desemprego e da informalidade, pela crise fiscal do Estado, e por provocar inflação”. Resultando em debates acalorados e polarizações ideológicas, sendo fundamental que a questão do salário mínimo seja abordada de forma técnica e com embasamento teórico, a fim de se encontrar soluções efetivas para as desigualdades sociais e econômicas no Brasil.

Por outro lado, DIIESE (2010) aponta que se a variação do salário mínimo pode afetar a inflação, esse impacto tende a ser modesto e o receio de que reajustes do mínimo disparem uma alta generalizada de preços constitui, com frequência, exagero. Enfatizando que embora haja uma relação entre o salário mínimo e a inflação, essa relação não é tão direta e forte. Com efeito, é importante lembrar que o salário mínimo é um dos principais instrumentos de distribuição de renda e redução das desigualdades no país e, portanto, seu reajuste é uma questão de justiça social.

Além disso, o aumento do poder de compra dos trabalhadores com menor renda pode estimular o consumo e, conseqüentemente, a economia. Dessa forma, é necessário considerar tanto o impacto na inflação quanto a importância social e econômica do salário mínimo ao se discutir seu reajuste.

Nessa linha, é importante ressaltar que, tendo em vista que os anos em que houve o maior reajuste real do salário mínimo no contexto pós-implementação do Plano Real, em especial, entre 2003 e 2009 (IBGE, 2023), estão distantes de serem os anos com maior inflação observada no período.

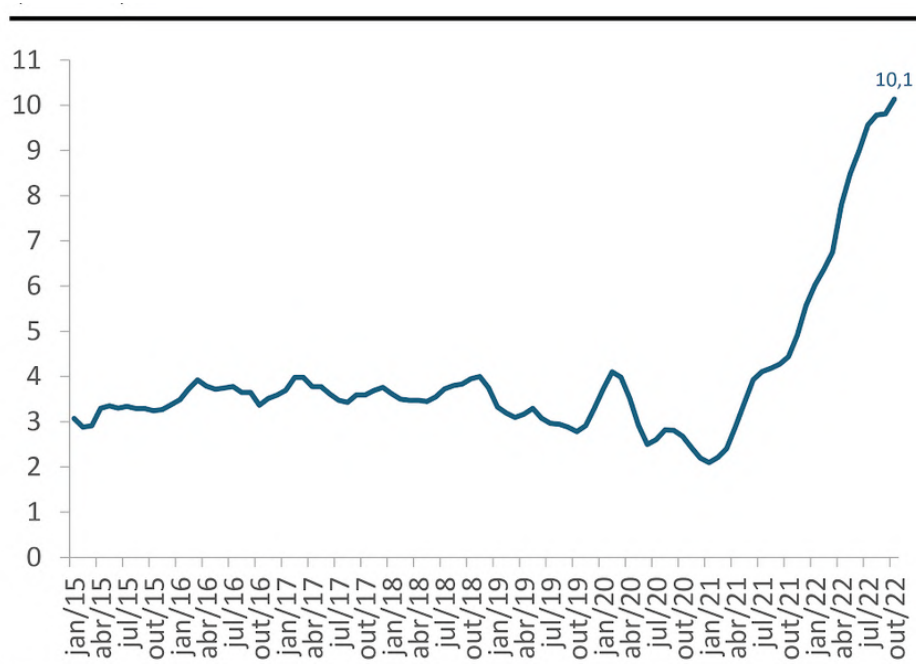
Dessa crença na contenção do salário mínimo para debelar a inflação e das medidas políticas nela baseadas resultou uma redução expressiva do poder de compra dos trabalhadores para manter a hipotética estabilidade econômica. Resultando, ao longo da história recente, no aprofundamento e na manutenção das acentuadas desigualdades de renda e de rendimentos do trabalho no Brasil.

Nesta senda, as pessoas que dependem da aferição do salário mínimo ficam cada vez mais distantes, em termos de rendimentos, daquelas que ganham mais. Sendo importante refletir sobre a forma como as políticas econômicas são elaboradas e como elas afetam diferentes camadas da população, para que se possa buscar soluções que sejam socialmente justas.

Importante salientar que a pandemia de Covid-19 teve como uma das conseqüências uma grave desaceleração mundial do crescimento econômico. No

momento em que essa tendência de desaceleração saía de cena, houve uma nova impulsão de desaceleração, dessa vez acompanhada de grave crise inflacionária, resultante em grande parte da Guerra Russo-Ucraniana, iniciada em fevereiro de 2022.

Gráfico 1 - Inflação mundial (Em %)



Fonte: Bloomberg (2022).

Percebe-se como eventos políticos e conflitos bélicos em diferentes partes do mundo podem ter impactos significativos na economia global, afetando empresas, governos e indivíduos em todo lugar do globo.

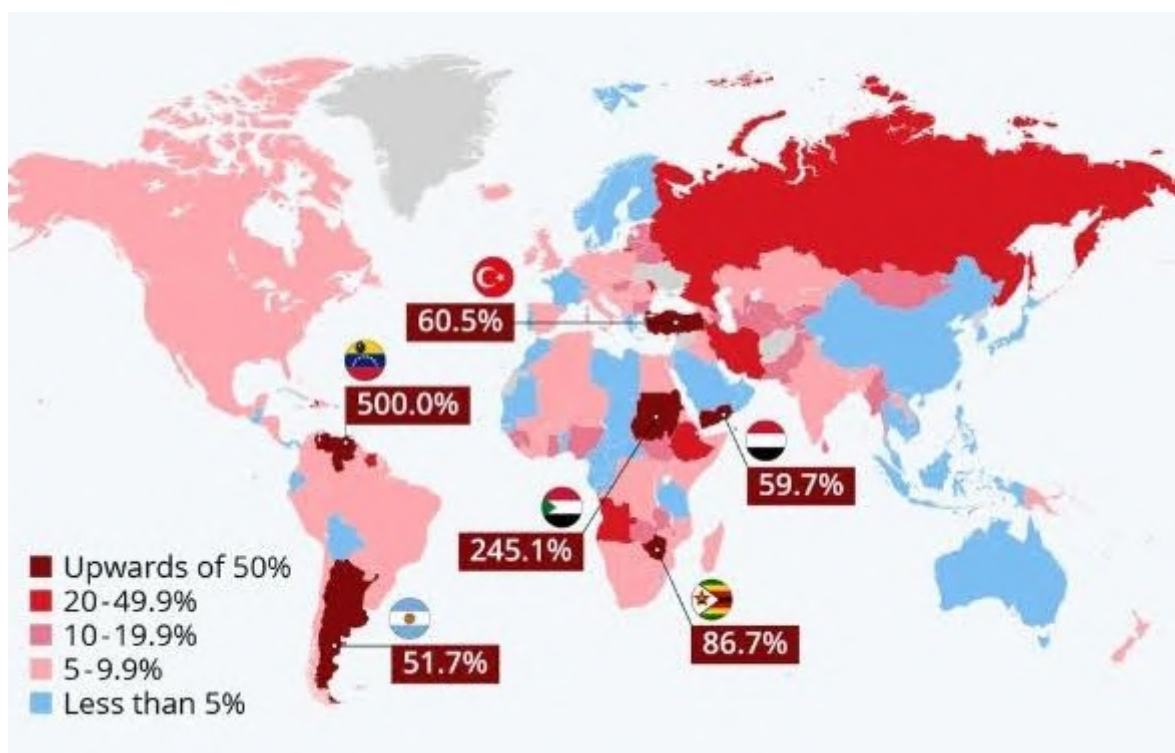
Segundo a Organização Internacional do Trabalho (2022), a crise está reduzindo o poder de compra das classes médias e atingindo de forma particularmente severa as famílias de baixa renda, que já foram bastante afetadas pelos impactos econômicos da pandemia. Levando a uma redução do consumo, afetando ainda mais a economia e gerando um círculo vicioso.

Na mesma linha, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2022), a desaceleração e a possível recessão global estão puxando os preços de *commodities* para baixo, concomitante em que, em diversos países, a desvalorização cambial tem mantido os preços em moeda local elevados. Impacto

sobre as *commodities* que afeta diretamente o Brasil, em decorrência de seu perfil agroexportador.

Em decorrência da posição de não alinhamento do país, no contexto da Guerra Russo-Ucraniana, em comparação a outras economias que fizeram parte de boicotes e sanções unilaterais, o Brasil sofreu menos diretamente com pressões inflacionárias ligadas diretamente ao conflito, entretanto, tendo em vista o alto nível de integração da economia mundial, o país acaba impactado por consequências secundárias.

Figura 1 - Projeção de inflação anual por país em 2022



Fonte: IMF (2022).

Talvez em função disso, segundo a Organização Internacional do Trabalho (2022), diferente dos outros países participantes do relatório, o Brasil apresentou um ganho médio salarial real durante o ano de 2022, o que é, em grande parte, decorrente da forte queda observada no país entre 2019 e 2021. Logo, esse ganho real em 2022 não supre as perdas reais acumuladas nos anos anteriores.

4. INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO BÁSICO

Os indivíduos são pautados durante toda trajetória de graduandos pela disciplinaridade e pela ultraespecialização. Superar em parte essa visão simplista sobre a docência, e por conseguinte, construir, pensar, trabalhar de forma interdisciplinar exige um levantamento teórico sobre a problemática, como forma de compreender e se integrar a essa forma de ensinar cada vez mais em pauta na contemporaneidade.

Para Japiassu (1976), a interdisciplinaridade é definida e elaborada academicamente por uma crítica às fronteiras das disciplinas, e por sua constante tendência à compartimentação. Surge então como uma esperança de renovação e mudança do domínio da metodologia, salientando a importância da abordagem às críticas às fronteiras das disciplinas, que resultam na fomentação da construção da interdisciplinaridade.

Consequentemente, resulta no rompimento dessa compartimentação do conhecimento, por mais que não consista simplesmente na eliminação dessas fronteiras, mas sim, na sua revisão e reformulação, possibilitando que elas sejam mais integradas a outras áreas do conhecimento. De forma a oferecer novas perspectivas e possibilidades de renovação e mudança.

Da mesma maneira, Fazenda (2011) vê na interdisciplinaridade uma ferramenta para conhecer e modificar o mundo, tornando possível concretizar-se no ensino. Ao eliminar as barreiras entre disciplinas e pessoas, a interdisciplinaridade permite uma visão mais ampla e integrada dos fenômenos, e possibilita uma promoção da aprendizagem mais significativa e contextualizada. Isso é particularmente importante no contexto educacional, em que, muitas vezes, as disciplinas são ensinadas de maneira isolada e fragmentada, sem que haja uma conexão clara entre elas e com a realidade vivida pelos alunos.

Neste âmbito, a Interdisciplinaridade “é um termo utilizado para caracterizar a colaboração existente entre disciplinas diversas ou entre setores heterogêneos”. (FAZENDA, 2011, p. 73). Ou seja, é uma abordagem que busca superar a fragmentação do conhecimento, promovendo uma visão mais ampla e integrada da realidade, a partir da troca e do diálogo entre saberes diversos.

Fazenda (2011) também vê na interdisciplinaridade um fator de transformação da educação, enfatizando a importância da colaboração entre as disciplinas

distintas. Importante destacar essa abordagem que busca superar a fragmentação do conhecimento em áreas estanques, promovendo uma visão mais ampla e integrada da realidade, a partir da troca e do diálogo entre os saberes diversos.

Ademais, grande parte dos autores da temática contemplam na interdisciplinaridade uma busca por algo que nunca será plenamente alcançado, mas sendo exatamente essa busca que resultará em um engrandecimento da ciência e do ensino. Para Santomé (1987), a interdisciplinaridade é um objetivo nunca inteiramente alcançado, mas que nem por isso deve deixar de ser buscado.

Significa, portanto, que ela não é apenas uma proposta teórica ou um objetivo a ser alcançado uma única vez, mas uma abordagem que deve ser constantemente projetada e aplicada nas práticas educativas, dependendo de um esforço contínuo dos profissionais envolvidos para sua promoção e integração. Da mesma forma que “o conhecimento interdisciplinar deve ter uma lógica de descoberta, uma abertura recíproca, uma comunicação entre os domínios do saber” (FAZENDA, 2011, p. 60). Nessa perspectiva, a interdisciplinaridade vai além de um formalismo que neutraliza as significações e fecha as possibilidades de diálogo e aprendizado.

A saber, a interdisciplinaridade, no ensino básico, intensifica-se como uma ferramenta de combate à fragmentação do saber, já que o “processo de desintegração do saber se acelera. Enquanto as ciências unitárias explodem como um obus. E seus fragmentos continuam a dissociar-se em sua trajetória” (JAPIASSU, 1976, p. 49).

Do mesmo modo, Thiesen (2008) afirma que a interdisciplinaridade será sempre uma reação alternativa à abordagem disciplinar normalizadora dos diversos objetos de estudo, que fragmenta o conhecimento em áreas específicas. A autora defende que, independentemente da definição que cada autor assuma, a interdisciplinaridade está sempre situada no campo em que se pensa a possibilidade de superar a fragmentação do conhecimento produzido e onde simultaneamente se exprime a resistência sobre um saber parcelado.

Logo, a interdisciplinaridade não possui uma definição única e definitiva, mas seu objetivo central é sempre o de promover uma integração mais ampla e completa do conhecimento. De maneira a atuar como uma resistência à fragmentação do saber parcelado, sugerindo a importância de se pensar em abordagens mais integradas para a produção e apropriação do conhecimento.

Com o autor apontando para uma aceleração do processo de desintegração do saber e da fragmentação do conhecimento, resultando em uma constante especialização em um campo específico do conhecimento, que leva, por conseguinte, à fragmentação e à falta de integração entre as diferentes áreas do saber, limitando a capacidade de entender e enfrentar os desafios globais.

De acordo com Telles; Guevara (2011), a interdisciplinaridade pode facilitar a inserção de processos complexos no ambiente escolar, amenizando conflitos, integrando sujeitos e aproximando disciplinas, além de possibilitar a permeabilidade de temas, de forma a resultar na aceleração de trocas e aprendizados de saberes, otimizando a promoção à integração de diferentes sujeitos, disciplinas e saberes. Sem deixar de lado o destaque à importância do respeito às diferenças e às histórias de vida dos indivíduos envolvidos, valorizando e trazendo para o centro da discussão escolar as narrativas e trajetórias dos alunos. Deste modo, servindo como uma abordagem valiosa para suscitar a aprendizagem significativa e a compreensão mais profunda dos temas estudados por parte dos discentes.

De acordo com Santomé (1998), o currículo interdisciplinar converte-se em uma categoria “guarda-chuva”, capaz de agrupar uma ampla variedade de práticas educacionais desenvolvidas em sala de aula. Sendo uma ferramenta significativa na ampliação do interesse por parte dos alunos, e na produção de uma forma mais apropriada de contribuir para melhorias nos processos de ensino e aprendizagem.

Reitera-se que a sua adoção requer uma mudança significativa na forma como o conhecimento é organizado e transmitido aos alunos. De forma que essa nova forma de conceber o currículo exige uma constante evolução do acompanhamento das mudanças sociais e culturais, e fundamenta a promoção de integração entre diversos campos do conhecimento escolar, possibilitando o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais eficazes e significativas para os alunos, contribuindo para a sua formação integral.

Freire (1987) afirma que, se o objetivo do educador é a defesa da educação problematizadora, deve-se utilizar de ferramentas que possibilitem a investigação temática interdisciplinar conjunta para alcançar esse propósito; a partir de uma equipe interdisciplinar que dê sequência a uma construção conjunta que resulte em temas que, captados dentro de uma totalidade, jamais devam ser tratados esquematicamente. Sob pena de uma perda de riqueza e esvaziamento de sua força interdisciplinar.

Da mesma forma, Ocampo; Santos; Folmer (2016, p. 1020) afirmam que “no que diz respeito aos professores, a abordagem interdisciplinar demanda um grande esforço, e de fato necessita de planejamento, encontros, reuniões e etc.”. Evidencia-se a importância do trabalho colaborativo entre os docentes, a fim de identificar as conexões entre as disciplinas e a integração do conhecimento, com o intuito de garantir que os objetivos pedagógicos sejam alcançados, sem perder a profundidade e a especificidade do conhecimento em cada disciplina.

Os autores também denotam que boa parte dos docentes de Matemática têm dificuldade em integrar a disciplina, pois consideram que essa não aparece como o centro da interdisciplinaridade, tornando-se difícil situar esta área do conhecimento em temas considerados como próprios de outras áreas.

Explicita-se, porventura, uma visão isolacionista da disciplina por parte dos seus profissionais. Algo que vai de encontro à Miranda; Gazire (2016), em que se observou que os alunos, no decorrer de uma atividade interdisciplinar entre Matemática e Ciências da Natureza, consideraram que aprender Matemática em um contexto de interligação com outras disciplinas e com foco em situações cotidianas torna-se algo muito mais envolvente.

Semelhantemente, Ocampo; Santos; Folmer (2016, p. 1023) afirmam que “a abordagem interdisciplinar no ensino supera a simples troca de conhecimento entre uma disciplina e seus pares”, consistindo em uma complexa síntese entre conhecimentos e metodologias das áreas envolvidas que resultam em um entendimento mais holístico do tema estudado.

De fato, ao promover a integração entre diferentes disciplinas, sem um simples foco nas áreas humanas, mas sim, em uma integração entre todas as áreas do conhecimento abordadas ao longo do ensino básico, a interdisciplinaridade permite uma compreensão mais ampla e profunda dos temas estudados. Contribuindo para a formação de alunos mais críticos e reflexivos, em vez da fragmentação do conhecimento em disciplinas isoladas.

Sobre a interdisciplinaridade no ensino básico, Fazenda (2015) aponta para a necessidade de ela operar como uma ferramenta no processo de aprendizagem dos alunos, sem deixar de lado a valorização de seus próprios saberes e sua integração com a sociedade. Atuando como estratégia pedagógica que busca promover uma educação mais integrada e significativa, capaz de dialogar com as experiências dos discentes.

A autora também aponta que, na interdisciplinaridade escolar, a perspectiva é educativa, assim, os saberes escolares procedem de uma estruturação diferente dos pertencentes aos saberes constitutivos das ciências. Logo, essa perspectiva educativa pode ser entendida como uma visão mais ampla do processo educativo, que não se limita apenas à transmissão de conhecimentos, mas que busca também desenvolver habilidades e competências fundamentais para a vida em sociedade.

Na mesma linha, Thiesen (2008) afirma que o enfoque interdisciplinar aproxima o sujeito de sua realidade mais ampla, auxiliando na aprendizagem e na compreensão das complexas redes conceituais, possibilitando maior significação e sentido ao conteúdo da aprendizagem, permitindo então uma formação mais consistente e responsável. Portanto, é fundamental que a abordagem interdisciplinar seja valorizada e incorporada ao currículo escolar, visando proporcionar aos alunos uma formação mais completa e significativa.

É importante ressaltar também o potencial papel da interdisciplinaridade, não apenas para uma melhora geral da educação básica, mas também para o desenvolvimento de indivíduos mais completos e preparados para os enfrentamentos da atualidade.

Em vista disso, Santomé (1998) frisa que apostar na interdisciplinaridade significa defender um novo tipo de pessoa, mais aberta, flexível, solidária, democrática e crítica. Resultando dessa integração interdisciplinar, incentivos ao desenvolvimento do ser humano como ferramenta de formação de cidadãos mais completos e conscientes de seu papel na sociedade e preparados para lidar com o mundo contemporâneo.

5 ANÁLISE CRÍTICA DA UNIDADE DIDÁTICA

Neste capítulo, apresenta-se a análise crítica de bases teóricas da unidade didática interdisciplinar sobre inflação, construída com base em revisão bibliográfica, que tem como enfoque propiciar aos discentes a construção de conhecimento sobre inflação, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, as desigualdades econômicas espaciais do Brasil, a hiperinflação observada no país durante a década de 1980, a implementação do Plano Real e a subsequente estabilização inflacionária e o poder de compra do salário mínimo.

Esta análise se divide em quatro seções que têm como objetivo, em ordem, a investigação da promoção de questões sociais relacionadas à inflação, a análise do caráter interdisciplinar da unidade didática, a justificativa teórica e referencial das opções didáticas, em especial das propostas de trabalho e, por fim, propostas de encaminhamento para trabalhos futuros, com base na construção e análise do material didático.

5.1 PROMOÇÃO DE QUESTÕES SOCIAIS RELACIONADAS À INFLAÇÃO

A intencionalidade de propor uma unidade que permita um reconhecimento da consciência de classe a partir do entendimento sobre o poder de compra das classes mais vulneráveis economicamente, dependentes do salário mínimo e de auxílios governamentais, propicia, em especial, aos alunos de escola pública, de famílias análogas à tal condição financeira, o aprofundamento sobre a problemática, permitindo a compreensão quanto à busca de maximização do bem-estar, a partir de extração da melhor cesta de produtos possível do seu orçamento limitado.

Segundo Furtado (2007), o Brasil apresenta graves desigualdades regionais, consequências de heterogeneidades produtivas, sociais e regionais, resultando em uma espécie de estrutura de centro periferia dentro do próprio país. O que é cerne de abordagem tanto na primeira quanto na segunda aula da unidade didática. Cenário que é descrito por Bresser-Pereira (2005) como um desenvolvimento desigual e combinado.

Ao longo da primeira aula, ocorre a investigação do caráter espacial do cálculo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, que tende a valorizar o

peso de São Paulo na estimativa, em decorrência de uma maior concentração de renda na região. De forma que variações nos preços em regiões de menor concentração de rendimento são subvalorizadas no índice.

Logo, é perceptível que as diferenças regionais na renda têm impacto na inflação. Tendo em vista que, em regiões mais pobres, a população tende a gastar uma proporção maior da sua renda em alimentação e moradia. E quando se considera o amplo aspecto englobado pelo índice, que visa abarcar rendas até quarenta salários mínimos, em sendo o responsável pelo reajuste do salário mínimo, percebe-se que fortes pressões inflacionárias, em especial no setor de alimentos, em regiões de menor renda, podem não ser englobadas adequadamente na indexação.

Da mesma forma, na segunda aula, apresenta-se como norteadora a proposta de atividade que objetiva propiciar o conhecimento sobre as diferenças de renda e de preços praticados espacialmente no Brasil; possibilitando demonstrar as decorrências de uma série de fatores, incluindo a oferta de produtos e serviços e as desigualdades regionais em termos de renda.

Ainda em relação ao Índice de Preços ao Consumidor amplo, a proposta de trabalho da primeira aula propicia que os alunos aprendam como o índice é calculado, podendo ajudá-los a entender como a inflação afeta os preços dos bens e serviços que eles compram, a partir da pesquisa de preços de produtos em um supermercado que eles realizarão.

Leitão (2011) aponta para o sofrimento e empobrecimento dos segmentos da população mais vulneráveis em decorrência da inflação, e o fato de eles serem os primeiros a sofrer com a aceleração da inflação. Situação que é o foco da unidade didática, durante as aulas três, quatro e cinco, em que se abordou a hiperinflação da década de 1980 e a implementação do Plano Real. Furtado (1999) vê a política econômica em voga na segunda metade do século XX até meados da década de 1990 como algo que engendra uma sociedade com chocantes desigualdades, a sujeitando a crises intermitentes e inflação crônica.

Da mesma forma, Leitão (2011) também aborda a situação em voga nesse período, cuja população, especialmente os mais pobres, que não possuíam investimentos protegidos da inflação, corria para transformar seus ganhos em mercadoria, como forma de se proteger do galopante aumento dos preços. Consistindo na decisão mais racional a se tomar, mas tornando o resto do mês

imerso em incertezas, com a possibilidade do surgimento de novas despesas extraordinárias.

Na mesma linha, Tavares (2010) atenta que a estabilidade de preços é fundamental para o povo, porque quem perde com a inflação são as classes mais pobres, enquanto os que detêm capital têm seus ganhos protegidos por aplicações financeiras; cenário focalizado durante o material didático, em especial, quando se aborda sobre a cultura do rancho na década de 1980.

Tendo em vista, sobretudo, que o pobre que não corresse às compras perderia muito mais, com a inflação que atingia dígitos duplos mensalmente, em especial, em uma época em que uma ínfima parcela da população possuía contas em bancos, com apenas a classe média e altas podendo proteger seus ganhos da inflação galopante. De certo, somente com a implementação do plano real houve uma maior estabilidade, colocando no horizonte o fim da extrema pobreza, propiciando aos mais pobres se inserirem no mercado de consumo, e resultando em um fortalecimento geral da economia.

Por mais que o salário mínimo seja insuficiente para prover uma vida digna ao trabalhador brasileiro, apesar do propagado pela Constituição Federal de 1988, a existência dele possibilita, em parte, o enfrentamento à desigualdade salarial e o combate à pobreza intensa. Como afirmado por DIIESE (2010, p. 237), ele age como “proteção aos trabalhadores mais vulneráveis na relação de emprego”.

Logo, a construção da crítica ao poder de compra do salário mínimo em sala de aula deve passar por contextualização, abordando-se suas benesses, e ganhos reais em um passado próximo, além de sua importância às classes mais pobres brasileiras; como forma de não depreciá-lo superficialmente, sob pena de fomentar uma crítica neoliberal de desregulação do salário mínimo.

O que se deve buscar é a valorização dessa ferramenta de combate à desigualdade, e a luta por ganhos reais anuais que propiciem a melhora do poder de compra e da qualidade de vida do trabalhador brasileiro. De forma que a proposta de trabalho derradeira da unidade didática não faz coro a tal crítica, mas sim, visa oportunizar uma construção do conhecimento que possibilite aos alunos entender as desigualdades tão presentes na nação.

5.2 CARÁTER INTERDISCIPLINAR DA UNIDADE DIDÁTICA

A inflação e o poder de compra são conceitos que podem ser tidos como complexos para serem desenvolvidos em sala de aula na educação básica, mas de acordo com Telles; Guevara (2011), a interdisciplinaridade facilita a inserção desses processos no ambiente escolar, a partir da aproximação das disciplinas, possibilitada pelas trocas entre os docentes.

Toma-se como exemplo a aula número um, que tem como ministrantes recomendados para seu desenvolvimento o docente de Matemática e Geografia conjuntamente, e considerando a habilidade aplicativa que a norteia, EM13MAT104 (BNCC, 2018), que versa sobre a interpretação de taxas e índices de natureza socioeconômica.

Pode-se aferir que uma aula desenvolvida com a temática para ser orientada apenas pelo professor de Matemática, por mais que tivesse valor didático, sem as problematizações possíveis de serem propostas por um docente de Geografia, teria um valor de construção social menor do que o alcançado pela docência compartilhada.

Como mencionado anteriormente, inserir a Matemática como um dos principais norteadores de uma unidade didática em um contexto de interligação com outras disciplinas e com foco em situações cotidianas, como compras mensais, torna-se algo muito mais envolvente. De forma que o enfoque interdisciplinar aproxima o sujeito de sua realidade mais ampla, e foge da abstração que muitos alunos vislumbram na disciplina.

Miranda e Gazire (2016), observam que boa parte dos docentes de Matemática têm dificuldade em integrar a disciplina, pois consideram que essa não aparece como o centro da interdisciplinaridade. Todavia, acredita-se que tal feito foi alcançado nesta unidade didática, que parte de uma habilidade aplicativa da Matemática e suas tecnologias, de forma a integrar o conhecimento, mas sem em nenhum momento privar os alunos da realização das tarefas de cunho matemático, como estatística e álgebra. E tem na execução dessas o propiciador das discussões desenvolvidas ao longo da unidade.

Em todas as aulas desenvolvidas da unidade didática, existe a regência compartilhada, de dois a três professores; buscando trazer visões diferentes e passíveis de agregar à construção do conhecimento. Isso está de acordo com

Fazenda (2011), que afirma que, especialmente no contexto de educação, as aulas são ensinadas de maneira isolada e fragmentada, não propiciando a conexão clara com a realidade do aluno. E cabe à interdisciplinaridade agir como ferramenta que permita uma visão mais ampla e integrada, e imersa em significância.

A tentativa de elaborar material didático com foco interdisciplinar visa proporcionar aos alunos uma formação mais completa e significativa. Na mesma linha, Thiesen (2008) afirma que a constituição de redes conceituais multidisciplinares possibilita maior significação e sentido ao conteúdo da aprendizagem.

A docência compartilhada e a elaboração de uma unidade didática que visa ser interdisciplinar, apesar da dificuldade de mensuração desse objetivo, está de acordo com Santomé (1987), que afirma que a interdisciplinaridade é um objetivo nunca inteiramente alcançado, mas que nem por isso deve deixar de ser buscado. Logo, nessa busca desenvolvida ao longo do trabalho, percebe-se o caráter e a procura pela interdisciplinaridade. O autor também frisa que a integração interdisciplinar age como ferramenta no incentivo ao desenvolvimento do ser humano e na formação de cidadãos mais conscientes de seu papel no mundo.

Construção que resulta no aprendizado e no engrandecimento do arcabouço teórico do autor desta monografia, de seguir buscando essa abordagem enquanto futuro docente, já que não se trata de um propósito a ser alcançado uma única vez, mas uma interpelação que deve ser constantemente projetada e aplicada nas práticas educativas desenvolvidas ao longo de sua trajetória.

Um dos obstáculos que não pode ser superado na construção da unidade didática, em decorrência do caráter individual de um trabalho de conclusão de curso, é o de que, segundo Freire (1987), a construção didática deve ocorrer a partir de uma equipe interdisciplinar que dê sequência a uma construção conjunta que resulte em temas captados dentro de uma totalidade.

Logo, por mais que se tenha tentado executar o trabalho de um modo multidisciplinar, em que se buscou vislumbrar especialmente durante a regência das aulas, de forma a propiciar uma edificação de caráter interdisciplinar; o fato de a elaboração da construção pedagógica ter sido elaborada por apenas um docente, sem formação em outras licenciaturas, corre o risco de resultar em perda de riqueza e um certo esvaziamento da força interdisciplinar.

5.3 JUSTIFICATIVA TEÓRICA E REFERENCIAL DAS OPÇÕES DIDÁTICAS

O trabalho proposto ao fim da primeira aula, que consiste em uma pesquisa de campo individual, prevista para ser realizada em um supermercado de acesso mais cômodo ou próximo à casa do discente, encontra embasamento teórico em Florencio (2017), que afirma que a inserção da pesquisa de campo é de valia para o aprofundamento da relação ensino/aprendizagem, propiciando o florescer do papel ativo do aluno na construção dos saberes escolares.

Com o processo de investigação de campo possibilitando uma aprendizagem significativa a respeito não apenas do objeto de investigação, nesse caso, a medição da inflação em um dado período, mas como do contexto que o inclui, propicia o aprofundamento do conceito de poder de compra em aulas posteriores.

O protagonismo dos alunos na coleta de dados resultante da atividade individual de campo, que visa à construção de conceitos e ao desenvolvimento de uma prática pedagógica que valorize o papel ativo dos discentes na produção do conhecimento, está de acordo com o conceito levantado por Severino, Santos (2014), de que as estratégias didáticas mais frutíferas envolvem uma atividade operacional.

Do mesmo modo, Souza e Chiapetti (2012) estabelecem que as estratégias de ensino operacional propiciam uma prática pedagógica em que os discentes passam a não ser mais vistos como sujeitos passivos, mas sim, agentes ativos na produção do conhecimento, refletindo uma abordagem mais contemporânea de ensino, que valoriza a participação ativa do aluno no processo de aprendizagem e reconhece que o conhecimento é construído a partir da interação entre os alunos e o meio em que estão inseridos.

A segunda aula da unidade, que conta com enfoque na desigualdade espacial do Brasil e a relação desta com os efeitos da inflação na parcela mais vulnerável da população, tem como proposta de atividade e principal norteador uma versão do popular jogo Super Trunfo, que utiliza índices socioeconômicos estaduais para fomentar a construção e o entendimento da problemática espacial.

Essa proposta de atividade une um jogo divertido com a discussão de um tema importante e atual. Podendo ser uma ferramenta eficaz para tornar a aprendizagem mais lúdica e dinâmica, despertando o interesse dos alunos pelo tema. Afinal, a gamificação dos processos didáticos é uma tendência extremamente em voga nos últimos anos.

O conceito de gamificação e elaboração de objetos de aprendizagem afins precisa abarcar o objeto como um todo para se tornar convincente e eficiente na prática docente. Alves e Teixeira (2014) afirmam que a gamificação pode propiciar explorar intencionalidades sociais, culturais e motivacionais da aprendizagem, permitindo auxiliar na motivação dos discentes, fazendo com que estes percebam diretamente o impacto do seu aprendizado.

Segundo Silva, Sales e Castro (2019) a gamificação contempla o uso de elementos de *design* de jogos em contextos externos para motivar, aumentar a atividade e reter a atenção dos alunos. Do mesmo modo, Raguze e Silva (2016) estabelecem que o principal propósito da gamificação é o engajamento do usuário, agindo como elemento ativo para atingir um objetivo final.

A alternativa de avaliação pedagógica que norteia o maior número de aulas da unidade didática é a da valorização da história oral, a qual é a ferramenta primordial de três aulas, visto que ocorre uma busca de reconstrução de dois importantes períodos históricos brasileiros, a partir de relatos de indivíduos que os vivenciaram, buscando propiciar aos alunos uma visão mais aprofundada e humanizada desses eventos.

Além disso, essa metodologia de avaliação pedagógica incentiva a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem, uma vez que eles precisam se envolver diretamente na realização das entrevistas e na análise dos relatos obtidos. Isso pode contribuir para uma maior motivação e engajamento dos alunos nas atividades propostas.

Fialho, Monte, Brandenburg (2020) veem na história oral uma ferramenta capaz de fomentar importantes narrativas e interpretações históricas, cabendo afirmar que essa não é apenas importante, mas fundamental para a compreensão das fontes históricas e dos modos como a história é escrita, permitindo um novo olhar sobre elas.

Para Santhiago e Magalhães (2015), a história oral pode ser entendida como a materialização de um cenário que insere alunos, professores e narradores em uma mesma conversa cultural, assumindo um papel de aproximação e construção de teias de diálogo. Na mesma linha, Le Goff (2003) afirma que a memória é o objeto principal no trabalho com as fontes orais, pois o estudo é recuperado por intermédio da memória das testemunhas.

Ambas as perspectivas destacam a importância da história oral como uma fonte valiosa para a compreensão da história, pois permite a inclusão de diferentes vozes e perspectivas que não são encontradas em fontes escritas tradicionais. Sem deixar de lado a necessidade de abordar fontes orais com cuidado, levando em conta o contexto social e cultural de seus relatos.

Alberti (2004) considera que o relato de indivíduos comuns concentra todas as características do grupo, mostrando o que é estrutural e estaticamente próprio ao grupo e ilustrando formas típicas de comportamento e vivência. De forma que as entrevistas desenvolvidas pelos alunos trazem em si muito mais do que a simples caracterização do momento de um indivíduo, mas também de seus pares, mostrando a potencialidade da análise de um grupo social a partir de um dos seus integrantes.

Na aula derradeira da unidade didática, a proposta de atividade envolve a transformação da sala de aula em uma espécie de supermercado, em um processo de simulação da realidade, visando proporcionar uma experiência prática e vivencial aos alunos, tornando a aprendizagem mais contextualizada, e possibilitando a absorção do processo de inflação e de conceito de poder de compra do salário mínimo.

Segundo Oliveira e Bastos (2004), a simulação é uma ferramenta que possibilita que o modelo didático se desenvolva com uma proposta inovadora para o processo de ensino e aprendizagem, que pode ser bastante eficaz para que os alunos possam aplicar seus conhecimentos em um contexto real e interativo, o que pode ajudá-los a compreender de forma mais aprofundada as questões abordadas na unidade.

Bilthauer e Gianotto (2021) apontam que a maioria dos alunos considerou importante o uso de recursos de simulações, uma vez que estes facilitam a compreensão de conceitos abordados em sala de aula; permitindo aos discentes aplicar na prática a teoria absorvida, o que pode tornar o processo de aprendizagem mais interessante e envolvente. Destaca-se a importância de se utilizar metodologias ativas e recursos pedagógicos que incentivem a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem.

Na mesma linha, Sartore (2019) cimenta a premissa de eficácia da prática de simulação como ação didática. Dessa forma, pode-se concluir que as simulações

são recursos pedagógicos importantes para a promoção da aprendizagem significativa, uma vez que possibilitam uma compreensão mais aprofundada.

5.4 PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTOS PARA TRABALHOS FUTUROS

Tendo em vista que a experiência docente do autor desta monografia consistiu, em sua maior parte, em quatro estágios obrigatórios desenvolvidos ao longo da graduação de licenciatura em Geografia, e que por mais fundamentais que sejam na formação do professor, não permitem a absorção de algumas nuances da vivência docente, em que se crê que só anos de regência em plena dedicação propiciarão, falta-lhe, então, arcabouço que propicie estimar os resultados práticos de uma unidade didática não aplicada em sala de aula.

Com isso em mente, sugere-se que a inflação, como um tema que tende a estar em voga com a crescente polarização e instabilidade político-econômica mundial, seja um constante foco de trabalhos de cunho pedagógico, tanto subsidiados por referencial teórico quanto de análises de aplicações, em função da necessidade de ser trabalhada em sala de aula de forma a instrumentalizar os discentes, com recursos pedagógicos que facilitem a compreensão da problemática.

Inclusive, sendo crucial para que os estudantes sejam capazes de compreender e analisar questões econômicas em seu cotidiano e no mundo ao seu redor, possibilitando contribuir para a formação de cidadãos mais críticos e conscientes, capazes de tomar decisões financeiras mais informadas e participar de debates sobre políticas econômicas.

Da mesma forma, pretende-se revisitar o tema futuramente, desta vez com o acompanhamento de colegas docentes de Matemática e História, na produção conjunta do trabalho, subsidiada pela aplicação prática da unidade, possibilitando uma análise crítica mais aprofundada e com uma constante troca de saberes professorais.

Concomitantemente à construção conjunta e à necessidade de aplicação da unidade didática, destacam-se também os benefícios correlatos da execução do plano didático em diferentes contextos do projeto pedagógico, em escolas que atendam variadas parcelas da sociedade, como forma de verificar se ela é efetiva em diferentes situações e contextos educacionais.

Sobretudo, de forma a atender o critério de construir material didático visando à realidade do aluno, e considerando que a unidade didática abordada nesse capítulo tem como foco de interesse alunos que lidam em seus núcleos familiares com uma situação análoga ao salário mínimo e os desafios de poder de compra que acompanham essa realidade.

Neste cenário, para uma aplicação em uma escola que atenda alunos oriundos de segmentos de maiores rendimentos da sociedade, acredita-se que seja de interesse assumir uma nova ótica, e reformular em partes como o material é abordado, possibilitando a construção do conhecimento com a mesma finalidade, mas por meios diversos.

Por outro lado, a avaliação do impacto da unidade didática, no longo prazo, possibilitaria a aplicação do mesmo arcabouço didático em realidades financeiras diferentes, propiciando só em momentos posteriores mudanças didáticas que melhor se adequassem à realidade dos discentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os principais temas abordados, visou-se trabalhar a partir do embasamento teórico pressuposto em levantamento histórico, social e econômico da inflação no Brasil, e da valorização da importância da intensificação do trabalho interdisciplinar na educação básica, possibilitando solidificar e ensinar a construção da unidade didática de cunho interdisciplinar que verse sobre a problemática da inflação no contexto brasileiro.

Com efeito, como forma de proporcionar a ampliação da visão por parte de uma geração que lidou de uma forma mais tímida com a questão em sua vivência, ao mesmo tempo que busca permitir uma consciência de classe e visão crítica, que permita possibilitar que esses futuros cidadãos atuem e lidem da melhor forma com possíveis pressões inflacionárias.

No decorrer do processo de construção da unidade didática, buscou-se adotar uma abordagem pedagógica que privilegia a participação ativa dos alunos, por meio de atividades práticas, debates e reflexões críticas. Além disso, foi fundamental selecionar recursos didáticos diversificados, como jogos, simulações, pesquisas de campo, gráficos e tabelas, que pudessem enriquecer o processo de aprendizagem e estimular o interesse dos estudantes.

Durante a análise de cunho conceitual sobre a unidade didática, revelou-se a importância e necessidade da aplicação e avaliação dos resultados alcançados pelos alunos, tanto em termos de conhecimento adquirido, quanto de habilidades desenvolvidas, como forma de mensurar a integração interdisciplinar dos conteúdos, e buscar propiciar uma aprendizagem mais significativa e de maior engajamento com o tema da inflação.

Tendo em vista que a análise crítica da unidade didática foi realizada por meio de base em pressupostos teóricos e sem a aplicação prática da mesma aplicação, espera-se futuramente ter oportunidade de, conjuntamente a professores de História e Matemática, colocar em prática a unidade didática elaborada neste trabalho, como forma de analisar criticamente, à luz de resultados práticos, e com retornos indagadores desse corpo docente que há de acompanhar o autor na aplicação. Possibilitando, desta forma, revisitar essa problemática em um artigo escrito a seis mãos, com colegas docentes com interesse na questão.

Ademais, durante a construção do trabalho, também foi possível constatar a falta de material que versa especificamente sobre a questão inflacionária no ensino básico, e mais especificamente, a ausência de trabalhos que tratem sobre a melhor forma de abordar a problemática em sala de aula. Na mesma linha, pode-se observar a tímida presença dos temas correlatos à questão na Base Nacional Comum Curricular, limitando-se a uma habilidade específica presente na base curricular de matemática e suas tecnologias no ensino médio.

Por fim, é importante destacar que a construção e análise de uma unidade didática interdisciplinar sobre inflação é apenas um primeiro passo para uma formação mais ampla e crítica dos estudantes secundaristas em relação à economia. Ressalta-se que é necessário que as escolas e professores continuem a buscar novas estratégias pedagógicas e recursos didáticos para promover a formação de cidadãos conscientes e atuantes na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

ALVES, Marcia Alves; TEIXEIRA, Oscar. Gamificação e objetos de aprendizagem. In: FADEL, Luciane Maria; ULBRICHT, Vania Ribas; BATISTA, Claudia Regina; VANZIN, Tarcísio. (org.). **Gamificação na educação**. São Paulo: Pimenta cultural, 2014. p. 122-142. Disponível em: http://www.pgcl.uenf.br/arquivos/gamificacao_na_educacao_011120181605.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

ANSTEY, CHRIS. **Price Pressures Ebb**. Bloomberg, 2 dez. 2022. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/newsletters/2022-12-02/what-s-happening-in-the-world-economy-global-inflation-finally-peaks> Acesso em: 3 abr. 2023.

BILTHAUER, Marisa Inês; GIANOTTO, Dulcinéia Ester Pagani. Contribuições e dificuldades do uso das simulações para o processo ensino e aprendizagem de Genética. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 12, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/20787>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência**. In: TOLEDO, Caio Navarro. **Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p.201-232.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Inflação inercial e choque heterodoxo no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DEDECCA, C. S. **A redução da desigualdade e seus desafios**. Brasília: IPEA, 2015.

DIEESE. **Salário mínimo: instrumento de combate a desigualdade**. São Paulo: DIEESE, 2010.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade: Didática e Prática de Ensino. **Revista Interdisciplinaridade**, São Paulo (SP), abril, 2015. v. 5, n. 6, p. 9-17. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/interdisciplinaridade/article/view/22623> Acesso em: 20 fev. 2023.

FAZENDA, I. C. A. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. 6.ed. São Paulo: Loyola Jesuítas, 2011.

FIALHO, L. M. F.; BRAGA JUNIOR, V. R. de S.; MONTE, R. S.; BRANDENBURG, C. O uso da história oral na narrativa da história da educação no Ceará. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades** - v. 2, n. 1, p. 1–13, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3505>. Acesso em: 20 mar. 2023.

FLORENCIO, RuteMara. **Alunos do Ensino Médio e a prática de pesquisa de campo na disciplina de História: construindo reflexões e aprendizagem sobre o papel do migrante em Roraima**. Anais do XVII Congresso Internacional das Jornadas de Educação Histórica - Teoria, Pesquisa e Prática. Foz do Iguaçu(PR): UNILA, 2017. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/4218/78052.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Celso. **Brasil: os caminhos da reconstrução**. Proposta, São Paulo, Nº 82, p. 18-23, set./nov. 1999. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/acervo/arquivo-revista-proposta/edicao-82-novembro-1999/> . Acesso em: 15 fev. 2023.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, C. **Mito Do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**. Rio de Janeiro, 2009. Rio de Janeiro (RJ), março, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precosconsumidor-amplo.html?edicao=20932&t=series-historicas> Acesso em: 6 mar. 2023.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEITÃO, M. Saga brasileira: **A longa luta de um povo por sua moeda**. Record; 11ª edição. São Paulo: Record, 2011.

MIRANDA, Paula Reis; GAZIRE, Eliane Scheid. Interdisciplinaridade no PROEJA: uma proposta possível no caderno temático Saúde e Números. **Bolema**, Rio Claro (SP), dezembro, 2016. v. 27, n. 46, p. 481-496. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bolema/a/fP5y9bYZzWr4G36vKNG4tttd> Acesso em: 16 fev. 2023.

OCAMPO, Daniel Morin.; SANTOS, Marcelli Evans Telles; FOLMER, Vanderlei. A Interdisciplinaridade no Ensino É Possível? Prós e contras na perspectiva de professores de Matemática. **Bolema**, Rio Claro (SP), dezembro, 2016. v. 30, n. 56, p. 1014-1030. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bolema/a/8pzX3Pm5yPvRlsCvX8V3vTj>. Acesso em: 15 fev. 2023.

OLIVEIRA, Francisco. Democratização e Republicanização do Estado. **Teoria e Debate**, São Paulo (SP), agosto, 2003. v. 27, n. 54, p. 1-12. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2003/08/03/democratizacao-e-republicanizacao-do-estado/> Acesso em: 18 fev. 2023.

OLIVEIRA, Maria Jorge Ferreira; BASTOS, Carla Castilho Ferreira. **A simulação no processo de ensino de uma disciplina de graduação**. VII Simpósio de pesquisa operacional e logística da Marinha. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/spolm/sites/www.marinha.mil.br.spolm/files/arq0031.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. Brasília: Brasiliense, 2012.

RAGUZE, Tiago; SILVA, Régio Pierre da. **Gamificação aplicada a ambientes de aprendizagem**. GAMEPAD - Seminário de games e tecnologia, vol. 9, p.20-32 Jun. 2016. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/7fe3e6be-385f-4e8b-96e4-933a0e63874f/Gamificac%C2%B8a~o%20aplicada%20a%20ambientes%20de%20Aprendizagem.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SAMPAIO JÚNIOR, P. DE A. **Brasil: os impasses da formação**. São Paulo: Mimeo, 1999.

RICHTER, Felix. **IMF: World economic outlook is starting to recover**. IMF, 4 dez. 2022. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2023/02/imf-global-growth-forecast-inflation-cools-inflation/> Acesso em: 3 abr. 2023.

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTHIAGO, R.; MAGALHÃES, V. B. DE. **História oral na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SARTORE, Anna Rita. Simulações interativas no ensino de ciências: inferência de conceitos científicos. **Em teia: Revista de educação matemática e tecnológica Iberoamericana**. v. 10, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/article/view/2400477>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SEVERINO, A. J.; SANTOS, E. S. **Ensinar e aprender com pesquisa no Ensino Médio**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

SILVA, João Batista da; SALES, Gilvandenys Leite; CASTRO, Juscileide Braga de. Gamificação como estratégia de aprendizagem ativa no ensino de Física. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, vol. 41, nº 4, p. 5-14, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbef/a/Tx3KQcf5G9PvcgQB4vswPbq/?lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SOUZA, Sírius Oliveira; CHIAPETTI, Rita Jaqueline Nogueira. O trabalho de campo como estratégia no ensino em Geografia. **Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia, v. 3, n. 4, p. 3-22, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.revistaensinogeografia.ig.ufu.br/N.4/Art1v3n4.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

TAVARES, M. DA C. **Desenvolvimento e igualdade**. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

TELLES, Beatriz Marcos; GUEVARA, Arnoldo José de Hoyos. Interdisciplinaridade: facilitadora da integração da sustentabilidade no Ensino. **Interdisciplinaridade**, São Paulo(SP), outubro, 2011. v. 1, n. 1, p. 35-42. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/57814> Acesso em: 20 fev. 2023.

THIESEN, Juarez da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro (RJ), setembro, 2008. v. 13, n. 39, p. 545-553. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/swDcnzst9SVpJvpx6tGYmFr/> Acesso em: 15 fev. 202

APÊNDICE A – Unidade didática interdisciplinar

PRODUÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA	
Título: Inflação e poder de compra.	
Autor	William Prux
Instituição de Ensino Superior	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Disciplina/Área	Matemática e Suas Tecnologias e Ciências Humanas (Geografia e História)
Produção Didático pedagógica	Unidade Didática
Relação Interdisciplinar	Construção interdisciplinar entre Matemática e Suas Tecnologias e Ciências Humanas (Geografia e História)
Público Alvo	Professores de Geografia, História e Matemática do 1º ano do ensino médio.
Palavras-chave	Inflação; poder de compra, desigualdades espaciais.

Aula 1 - Inflação e cálculo do IPCA

Sugestão de docentes ministrantes: Professores de Matemática e Geografia conjuntamente.

Habilidade: (EM13MAT104) Interpretar taxas e índices de natureza socioeconômica, tais como índice de desenvolvimento humano, taxas de inflação, entre outros, investigando os processos de cálculo desses números

Habilidade específica: Interpretar e investigar o processo de cálculo da taxa de inflação

Objetivo: Propiciar o entendimento do conceito de inflação e da construção do Índice de preços ao consumidor. Utilizando como ferramentas a redução de modelos para aplicação em sala de aula.

Materiais necessários ao desenvolvimento da aula: Quadro e projetor.

Materiais a serem distribuídos aos alunos: Folha A3 com mapa político do Brasil e baralhos de Super Trunfo com 51 cartas.

Materiais demandados aos alunos: Caderno e material de escrita.

Referência indicada para os professores: Artigo jornalístico do Infomoney: “IPCA: Conheça o principal índice brasileiro de inflação”

1. Momento desequilibrante

Debate inicial da questão: “O aumento do preço dos planos de saúde lhe afeta da mesma forma que o aumento do preço do Netflix?”.

2. Desenvolvimento:

Escrever no quadro, utilizando o projetor para projeção das tabelas:
(elaborado com base em Infomoney (2022) e IBGE (2023).

Inflação: é o nome dado ao aumento dos preços de produtos e serviços. Ela é calculada pelos índices de preços, popularmente chamados de índices de inflação.

Deflação: é uma redução geral de preços, sendo um movimento contrário ao da inflação.

IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)

É um índice que aponta a variação do custo de vida médio de famílias com renda mensal de 1 e 40 salários mínimos.

Mede a variação de preços de uma **cesta de produtos e serviços** consumida pela população. O resultado mostra se os preços **umentaram** ou **diminuíram** de um mês para o outro.

Cesta de produtos: é definida pelo IBGE, e verifica o que a população consome e quanto do rendimento familiar é gasto em cada produto: arroz, feijão, espaguete, gasolina, médico, serviços de streaming, entre outros.

Os nove grupos de gastos do IPCA	
Grupo	Peso
Transportes	20,6%
Alimentação e bebidas	19,3%
Habitação	15,6%
Saúde e cuidados pessoais	13,5%
Despesas pessoais	10,7%
Educação	6,1%
Comunicação	5,7%
Vestuário	4,6%
Artigos de residência	3,8%
Σ	100%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2023).

Exemplo: tendo em vista o perfil de consumo, o preço de arroz tem mais importância do que os preços das camisetas para a média das famílias brasileiras, por seguinte o peso dado ao arroz no cálculo mensal do IPCA é superior.

Para chegar ao índice de inflação, são coletados os preços entre os dias 1º e 30 de cada mês em lojas e estabelecimentos de prestação de serviços, concessionárias de serviços públicos (como água ou energia elétrica), além da internet.

Pesos das regiões na composição do índice: as regiões do Brasil têm um peso diferente na composição do IPCA. Os dados são coletados nas regiões metropolitanas de 16 capitais, mas cada uma tem uma representatividade específica no cálculo. Determinado pela renda média das famílias. Assim, lugares em que o rendimento é maior pesam mais.

Peso das cidades do índice	
Área	Peso
São Paulo	32,3%
Belo Horizonte	9,7%
Rio de Janeiro	9,4%
Porto Alegre	8,6%
Curitiba	8,1%
Salvador	6,0%
Goiânia	4,2%
Brasília	4,1%
Recife	3,9%
Belém	3,9%
Fortaleza	3,2%
Vitória	1,9%
São Luís	1,6%
Campo Grande	1,6%
Aracaju	1,0%
Rio Branco	0,5%
Σ	100%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2023).

A inflação medida pelo índice é igual à minha inflação?

O índice é pensado para refletir a **média da população brasileira**, podendo não mensurar adequadamente casos de consumo específico.

Caso **hipoteticamente** você não consuma carne vermelha, não possua carro, não utilize transporte público e não tenha filhos em idade escolar. Diversas categorias que têm importância na mensuração do índice não lhe afetam, e um aumento dos preços dessas categorias acima do observado em outras categorias que lhe interessam, resultaria em uma inflação anual do índice superior à sua inflação particular.

Por seguinte, o reajuste salarial do ano seguinte lhe proporciona um ganho de **poder de compra** superior ao observado na média dos trabalhadores brasileiros.

Por que é importante que o IPCA reflita a realidade?

O **salário mínimo** é reajustado pela variação anual do **IPCA**, logo se o índice não refletir a realidade, e hipoteticamente mensurar uma **inflação anual menor** do que a **real**, os trabalhadores teriam seus salários ajustados **abaixo do aumento dos preços**, resultando em uma **perda do poder de compra da população**.

O que faz um preço subir e cair?

Os preços se ajustam conforme a **demanda** e a **oferta** por produtos e serviços. Quando a demanda por certos produtos é maior do que a capacidade de fornecê-los, é natural que o preço deles aumente.

- **Demanda:** Interesse por um produto.
- **Oferta:** disponibilidade de um produto

***Exemplo:** um período de seca, que resulta em escassez de tomates, tem como efeito a redução da oferta e por seguinte aumento do preço deste produto.*

1. Atividade para solidificação e construção do conteúdo trabalhado

Enunciado:

Considere um país hipotético, em que só há 5 produtos na cesta de produtos que produz o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), e todos têm o mesmo peso (20%) na produção desse índice.

No primeiro dia do ano corrente os preços dos produtos são os seguintes:

Preços no dia 1 de Janeiro		
Produto	Valor	Peso
Arroz (kg)	R\$ 4,00	20%
Feijão (kg)	R\$ 5,00	20%
Farinha de Trigo (kg)	R\$ 3,00	20%
Peito de Frango (kg)	R\$ 9,00	20%
Batata (kg)	R\$ 3,00	20%

No último dia do ano corrente os preços são os seguintes:

Preços no dia 31 de Dezembro		
Produto	Valor	Peso
Arroz (kg)	R\$ 4,80	20%
Feijão (kg)	R\$ 6,00	20%
Farinha de Trigo (kg)	R\$ 2,80	20%
Peito de Frango (kg)	R\$ 12,00	20%
Batata (kg)	R\$ 3,80	20%

Com base no enunciado e nas tabelas responda as questões a seguir:

1. Qual foi a inflação (ou deflação) ocorrida neste país hipotético ao longo deste ano?
2. Qual produto apresentou a maior variação percentual ao longo deste ano?
3. Se o preço do peito de frango no último dia do ano corrente fosse R\$5,00 como isso afetaria a mensuração da inflação do país hipotético?
4. Se o peso dos produtos na mensuração do IPCA fosse o seguinte:

Produto	Peso
Arroz (kg)	25%
Feijão (kg)	25%
Farinha de Trigo (kg)	25%
Peito de Frango (kg)	15%
Batata (kg)	10%

Como isso afetaria a mensuração da inflação (ou deflação) do país hipotético no ano corrente?

5. Compare os resultados da questão 1 com os da questão 4.

Nota: Realizar a correção das questões conjuntamente aos alunos buscando integrar mesmo os menos atentos e envolvidos à atividade.

4. Proposta de atividade de campo:

Os alunos devem visitar o mercado de acesso mais cômodo ou próximo de sua residência, munidos da lista de bens a seguir:

Produto
Arroz (kg)
Feijão (kg)
Massa (500g)
Peito de Frango (kg)
Coxão de dentro (kg)
Pão francês (kg)
Sabonete (90g)
Creme dental (90g)

Devem colher o preço mais acessível encontrado de cada um desses itens, e comparando com os preços hipotéticos praticados a exatos 365 dias antes da visita ao mercado:

Preços há 365 dias		
Produto	Valor	Peso
Arroz (kg)	R\$ 3,50	20%
Feijão (kg)	R\$ 5,00	15%
Massa (500g)	R\$ 3,00	15%
Peito de Frango (kg)	R\$ 12,00	15%
Coxão de dentro (kg)	R\$ 35,00	10%
Pão frances (kg)	R\$ 11,00	15%
Sabonete (90g)	R\$ 1,50	5%
Creme dental (90g)	R\$ 3,00	5%

Realizar o cálculo do índice hipotético de inflação do período.

Nota: A atividade deve ser entregue na aula seguinte.

Referências

ABDALA, Vitor. IBGE inclui 56 itens no cálculo da inflação. Agência Brasil, 11 out. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil-ebc-com-br.cdn.ampproject.org/v/s/agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2019-10/ibge-inclui-56-itens-no-calculo-da-inflacao> Acesso em: 20 mar. 2023.

COSTA. Karina. Segregação espacial: a forma visível das desigualdades sociais no Brasil. CIDACS, 7 jun. 2021. Disponível em: <https://cidacs.bahia.fiocruz.br/2021/06/07/segregacao-espacial-a-forma-visivel-das-desigualdades-sociais-no-brasil/> Acesso em: 20 mar. 2023.

IBGE. Inflação. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php> Acesso em: 18 mar. 2023.

INFOMONEY. IPCA: Conheça o principal índice brasileiro de inflação. Infomoney, 6 nov. 2022. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/guias/ipca/> Acesso em: 20 mar. 2023.

Aula 2 - Super Trunfo de índices socioeconômicos dos estados brasileiros

Sugestão de docentes ministrantes: Professores de Geografia e Matemática conjuntamente.

Habilidade: (EM13CHS201) Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais e culturais.

Habilidade específica: Caracterizar as dinâmicas do capital e da população em função de eventos econômicos e sociais no Brasil.

Objetivo: Propiciar entender as questões espaciais análogas à condição socioeconômica dos brasileiros.

Materiais necessários ao desenvolvimento da aula: Quadro.

Materiais a serem distribuídos aos alunos: Folha A3 com mapa político do Brasil e baralhos de Super Trunfo com 51 cartas.

Materiais demandados aos alunos: Caderno e material de escrita.

Referência indicada para os professores: Artigo do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para saúde: “Segregação espacial: a forma visível das desigualdades sociais no Brasil” de Karina Costa.

1. Introdução

“É possível aprofundar o conhecimento sobre as diferenças espaciais socioeconômicas do Brasil, jogando Super trunfo?”

2. Desenvolvimento:

2.1 Trecho expositivo

Utilizando o quadro, escrever uma síntese dos 5 índices que utilizaremos no nosso Super Trunfo. Subsequente conceituação e revisão desses, estimulando os alunos a pensarem, e decidirem em que direção esses índices tornam um estado mais ou menos aprazível.

Questões para debate:

“Vocês preferem viver em um estado com concentração de renda ou em que todos ganhem salários parecidos?”

“Vocês preferem viver em um estado com uma cesta básica mais barata ou com um salário médio mais alto?”

Escrever no quadro:

Custo da Cesta Básica (DIEESE, 2023)

- Consiste no levantamento contínuo dos preços de um conjunto de produtos alimentícios considerados essenciais.
- É realizada nas capitais de 17 estados e permite a comparação de custos dos principais alimentos básicos consumidos pelos brasileiros.
- A cesta conta com 13 produtos alimentícios em quantidades suficientes para garantir, durante um mês, o sustento de um trabalhador em idade adulta.
- Em dezembro de 2022, variou entre R\$511,97 e R\$782,68.

Média Salarial (CATHO, 2022)

- A empresa privada Catho, com base em bancos de dados, realiza um levantamento salarial regional, que permite observar especialmente as médias salariais do país.
- Em abril de 2022, o salário médio estadual aferido pela Catho, variava entre R\$1.282,66 e R\$1.926,78.

% do salário médio necessária para a compra de uma cesta básica

- Consiste em dividir o custo da cesta básica de cada capital pelo salário médio praticado naquele estado.
- Resultando no percentual do salário necessário para prover uma pessoa durante um mês, na questão alimentar.
- Em dezembro de 2022, variou entre 37% e 50,81%.

Gini (IBGE, 2016)

- Instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Varia de zero a um.
- Com o zero representando a situação de igualdade, com todos recebendo a mesma renda. O valor 1 é o oposto, com uma só pessoa detém toda a riqueza.
- Ou seja, quanto mais próximo de zero, menor é a desigualdade observada em um país ou estado. Em 2016, o índice estadual brasileiro variou entre 0,43 e 0,58.

Taxa de desemprego (IBGE, 2022)

- Refere-se às pessoas com idade para trabalhar que não estão alocadas, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho.
- Logo, para alguém ser considerado desempregado, não basta não possuir um emprego.
- Em 2022, as taxas de desemprego estadual variaram entre 3,60% e 15,10%.

2.2 Proposta de atividade

Disputa de Super Trunfo socioeconômico

- Dependendo do número de componentes presentes em aula, sugere-se dividir a turma entre 3 a 6 grupos.
- Distribuir aos grupos baralhos contendo 3 cópias de cada uma das 17 cartas, consistindo em 51 cartas.
- O formato será todos contra todos dentro dos grupos, no formato melhor de 3.
- As partidas começarão com uma disputa de par ou ímpar para escolher o primeiro a escolher a categoria de disputa.
- A segunda categoria será escolhida pelo aluno perdedor do par ou ímpar.
- Havendo necessidade de uma terceira partida, o vencedor do par ou ímpar novamente escolherá.
- Lembrando que a cada categoria os alunos tirarão uma carta, e deixarão a parte a carta utilizada na categoria anterior.
- Dependendo do número de grupos, a estrutura da fase seguinte deve ser adaptada.
- Sugere-se que o vencedor de cada grupo dispute a fase eliminatória frente aos primeiros colocados classificados dos demais grupos.
- As disputadas eliminatórias devem ocorrer no formato de melhor de 5.
- Entre as disputas sugere-se interagir com os alunos e ajudar em possíveis dúvidas que possam surgir quanto à construção dos índices, o cenário dos estados e as regras do jogo em si.

Cartas:

SUPER TRUNFO SOCIOECONÔMICO



SÃO PAULO

Custo da Cesta Básica	R\$782,68	✓
Média salarial	R\$1.926,78	↑
% do salário para cesta básica	40,62%	✓
Gini	0,54	✓
Taxa de desemprego	8,6%	✓

SUPER TRUNFO SOCIOECONÔMICO



SANTA CATARINA

Custo da Cesta Básica	R\$776,14	✓
Média salarial	R\$1.624,48	↑
% do salário para cesta básica	47,77%	✓
Gini	0,43	✓
Taxa de desemprego	3,6%	✓

SUPER TRUNFO SOCIOECONÔMICO



GOIÁS

Custo da Cesta Básica	R\$689,49	✓
Média salarial	R\$1.435,83	↑
% do salário para cesta básica	48,02%	✓
Gini	0,47	✓
Taxa de desemprego	16,10%	✓

SUPER TRUNFO SOCIOECONÔMICO



PERNAMBUCO

Custo da Cesta Básica	R\$551,30	✓
Média salarial	R\$1.427,47	↑
% do salário para cesta básica	38,62%	✓
Gini	0,58	✓
Taxa de desemprego	13,9%	✓

SUPER TRUNFO SOCIOECONÔMICO



RIO DE JANEIRO

Custo da Cesta Básica	R\$749,25	✓
Média salarial	R\$1.756,71	↑
% do salário para cesta básica	42,48%	✓
Gini	0,52	✓
Taxa de desemprego	12,3%	✓

SUPER TRUNFO SOCIOECONÔMICO



RIO GRANDE DO NORTE

Custo da Cesta Básica	R\$566,95	✓
Média salarial	R\$1.292,72	↑
% do salário para cesta básica	43,86%	✓
Gini	0,56	✓
Taxa de desemprego	10,5%	✓


SUPER TRUNFO SOCIOECONÔMICO



MINAS GERAIS

Custo da Cesta Básica	R\$693,37	✓
Média salarial	R\$1.542,37	↑
% do salário para cesta básica	44,95%	✓
Gini	0,50	✓
Taxa de desemprego	6,3%	✓

SUPER TRUNFO SOCIOECONÔMICO



PARANÁ

Custo da Cesta Básica	R\$709,84	✓
Média salarial	R\$1.631,66	↑
% do salário para cesta básica	43,50%	✓
Gini	0,49	✓
Taxa de desemprego	5,30%	✓

SUPER TRUNFO SOCIOECONÔMICO



PARAÍBA

Custo da Cesta Básica	R\$552,43	✓
Média salarial	R\$1.282,66	↑
% do salário para cesta básica	43,06%	✓
Gini	0,54	✓
Taxa de desemprego	10,99%	✓

<p>SUPER TRUNFO SOCIOECONÔMICO</p>  <p>ESPIRITO SANTO</p> <table border="1"> <tr><td>Custo da Cesta Básica</td><td>R\$713,57</td><td>✓</td></tr> <tr><td>Média salarial</td><td>R\$1.503,64</td><td>↑</td></tr> <tr><td>% do salário para cesta básica</td><td>47,46%</td><td>✓</td></tr> <tr><td>Gini</td><td>0,51</td><td>✓</td></tr> <tr><td>Taxa de desemprego</td><td>7,30%</td><td>✓</td></tr> </table>	Custo da Cesta Básica	R\$713,57	✓	Média salarial	R\$1.503,64	↑	% do salário para cesta básica	47,46%	✓	Gini	0,51	✓	Taxa de desemprego	7,30%	✓	<p>SUPER TRUNFO SOCIOECONÔMICO</p>  <p>MATO GROSSO DO SUL</p> <table border="1"> <tr><td>Custo da Cesta Básica</td><td>R\$738,53</td><td>✓</td></tr> <tr><td>Média salarial</td><td>R\$1.453,34</td><td>↑</td></tr> <tr><td>% do salário para cesta básica</td><td>50,81%</td><td>✓</td></tr> <tr><td>Gini</td><td>0,48</td><td>✓</td></tr> <tr><td>Taxa de desemprego</td><td>5,10%</td><td>✓</td></tr> </table>	Custo da Cesta Básica	R\$738,53	✓	Média salarial	R\$1.453,34	↑	% do salário para cesta básica	50,81%	✓	Gini	0,48	✓	Taxa de desemprego	5,10%	✓	<p>SUPER TRUNFO SOCIOECONÔMICO</p>  <p>PARÁ</p> <table border="1"> <tr><td>Custo da Cesta Básica</td><td>R\$624,29</td><td>✓</td></tr> <tr><td>Média salarial</td><td>R\$1.512,54</td><td>↑</td></tr> <tr><td>% do salário para cesta básica</td><td>41,27%</td><td>✓</td></tr> <tr><td>Gini</td><td>0,53</td><td>✓</td></tr> <tr><td>Taxa de desemprego</td><td>8,8%</td><td>✓</td></tr> </table>	Custo da Cesta Básica	R\$624,29	✓	Média salarial	R\$1.512,54	↑	% do salário para cesta básica	41,27%	✓	Gini	0,53	✓	Taxa de desemprego	8,8%	✓
Custo da Cesta Básica	R\$713,57	✓																																													
Média salarial	R\$1.503,64	↑																																													
% do salário para cesta básica	47,46%	✓																																													
Gini	0,51	✓																																													
Taxa de desemprego	7,30%	✓																																													
Custo da Cesta Básica	R\$738,53	✓																																													
Média salarial	R\$1.453,34	↑																																													
% do salário para cesta básica	50,81%	✓																																													
Gini	0,48	✓																																													
Taxa de desemprego	5,10%	✓																																													
Custo da Cesta Básica	R\$624,29	✓																																													
Média salarial	R\$1.512,54	↑																																													
% do salário para cesta básica	41,27%	✓																																													
Gini	0,53	✓																																													
Taxa de desemprego	8,8%	✓																																													
<p>SUPER TRUNFO SOCIOECONÔMICO</p>  <p>DISTRITO FEDERAL</p> <table border="1"> <tr><td>Custo da Cesta Básica</td><td>R\$712,20</td><td>✓</td></tr> <tr><td>Média salarial</td><td>R\$1.731,48</td><td>↑</td></tr> <tr><td>% do salário para cesta básica</td><td>41,13%</td><td>✓</td></tr> <tr><td>Gini</td><td>0,58</td><td>✓</td></tr> <tr><td>Taxa de desemprego</td><td>10,90%</td><td>✓</td></tr> </table>	Custo da Cesta Básica	R\$712,20	✓	Média salarial	R\$1.731,48	↑	% do salário para cesta básica	41,13%	✓	Gini	0,58	✓	Taxa de desemprego	10,90%	✓	<p>SUPER TRUNFO SOCIOECONÔMICO</p>  <p>RIO GRANDE DO SUL</p> <table border="1"> <tr><td>Custo da Cesta Básica</td><td>R\$781,52</td><td>✓</td></tr> <tr><td>Média salarial</td><td>R\$1.572,50</td><td>↑</td></tr> <tr><td>% do salário para cesta básica</td><td>49,7%</td><td>✓</td></tr> <tr><td>Gini</td><td>0,49</td><td>✓</td></tr> <tr><td>Taxa de desemprego</td><td>6,00%</td><td>✓</td></tr> </table>	Custo da Cesta Básica	R\$781,52	✓	Média salarial	R\$1.572,50	↑	% do salário para cesta básica	49,7%	✓	Gini	0,49	✓	Taxa de desemprego	6,00%	✓	<p>SUPER TRUNFO SOCIOECONÔMICO</p>  <p>BAHIA</p> <table border="1"> <tr><td>Custo da Cesta Básica</td><td>R\$550,67</td><td>✓</td></tr> <tr><td>Média salarial</td><td>R\$1.488,07</td><td>↑</td></tr> <tr><td>% do salário para cesta básica</td><td>37%</td><td>✓</td></tr> <tr><td>Gini</td><td>0,55</td><td>✓</td></tr> <tr><td>Taxa de desemprego</td><td>15,10%</td><td>✓</td></tr> </table>	Custo da Cesta Básica	R\$550,67	✓	Média salarial	R\$1.488,07	↑	% do salário para cesta básica	37%	✓	Gini	0,55	✓	Taxa de desemprego	15,10%	✓
Custo da Cesta Básica	R\$712,20	✓																																													
Média salarial	R\$1.731,48	↑																																													
% do salário para cesta básica	41,13%	✓																																													
Gini	0,58	✓																																													
Taxa de desemprego	10,90%	✓																																													
Custo da Cesta Básica	R\$781,52	✓																																													
Média salarial	R\$1.572,50	↑																																													
% do salário para cesta básica	49,7%	✓																																													
Gini	0,49	✓																																													
Taxa de desemprego	6,00%	✓																																													
Custo da Cesta Básica	R\$550,67	✓																																													
Média salarial	R\$1.488,07	↑																																													
% do salário para cesta básica	37%	✓																																													
Gini	0,55	✓																																													
Taxa de desemprego	15,10%	✓																																													
<p>SUPER TRUNFO SOCIOECONÔMICO</p>  <p>SERGIPE</p> <table border="1"> <tr><td>Custo da Cesta Básica</td><td>R\$511,97</td><td>✓</td></tr> <tr><td>Média salarial</td><td>R\$1.286,20</td><td>↑</td></tr> <tr><td>% do salário para cesta básica</td><td>39,8%</td><td>✓</td></tr> <tr><td>Gini</td><td>0,57</td><td>✓</td></tr> <tr><td>Taxa de desemprego</td><td>12,10%</td><td>✓</td></tr> </table>	Custo da Cesta Básica	R\$511,97	✓	Média salarial	R\$1.286,20	↑	% do salário para cesta básica	39,8%	✓	Gini	0,57	✓	Taxa de desemprego	12,10%	✓	<p>SUPER TRUNFO SOCIOECONÔMICO</p>  <p>CEARÁ</p> <table border="1"> <tr><td>Custo da Cesta Básica</td><td>R\$630,67</td><td>✓</td></tr> <tr><td>Média salarial</td><td>R\$1.411,09</td><td>↑</td></tr> <tr><td>% do salário para cesta básica</td><td>45%</td><td>✓</td></tr> <tr><td>Gini</td><td>0,55</td><td>✓</td></tr> <tr><td>Taxa de desemprego</td><td>8,6%</td><td>✓</td></tr> </table>	Custo da Cesta Básica	R\$630,67	✓	Média salarial	R\$1.411,09	↑	% do salário para cesta básica	45%	✓	Gini	0,55	✓	Taxa de desemprego	8,6%	✓																
Custo da Cesta Básica	R\$511,97	✓																																													
Média salarial	R\$1.286,20	↑																																													
% do salário para cesta básica	39,8%	✓																																													
Gini	0,57	✓																																													
Taxa de desemprego	12,10%	✓																																													
Custo da Cesta Básica	R\$630,67	✓																																													
Média salarial	R\$1.411,09	↑																																													
% do salário para cesta básica	45%	✓																																													
Gini	0,55	✓																																													
Taxa de desemprego	8,6%	✓																																													

Fonte: Elaboração própria com base em Dieese (2023), IBGE (2002) e CATHO (2022).

Discussão sobre a experiência

Buscar estimular os alunos a falarem sobre as descobertas realizadas ao longo da disputa e as estratégias adotadas.

3. Fechamento

- Pedir que os alunos retornem aos grupos iniciais.
- Distribuir para cada grupo um mapa político do Brasil em folha A3 .
- Pedir que eles cole as 17 cartas nos respectivos estados.
- Solicitar que debatam conjuntamente sobre as características espaciais relacionadas ao poder de compra dos moradores dos estados do Brasil, com base nas cartas alocadas.
- Propor respondam as questões a seguir conjuntamente:

BRASIL: ESTADOS E CAPITAIS



Fonte: IBGE (2022)

1. Em quais regiões se localizam os estados com maior desigualdade de renda (Gini mais próximo de 1)? E os com menor desigualdade de renda (Gini mais próximo de 0)?
 2. Em que região do país ficam os estados com a taxa de desemprego mais alta? Que índice positivo estão presentes nesses estados? Qual você acha que é a razão?
 3. Com base na análise dos índices, quais estados seriam mais afetados na subsistência de seus moradores por uma alta da inflação sem reajustes salariais? Justifiquem.
 4. Analisando os estados da região sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), qual que vocês escolheriam para viver, apenas com base nos índices presentes no jogo? Justifiquem.
- Concluir de forma a estimular o debate entre os grupos sobre suas respostas, dúvidas e apontamentos

Referências

CANVA. Banco de imagens gratuito. Disponível em:

https://www.canva.com/pt_br/recursos/banco-imagens/ Acesso em: 18 mar. 2023.

CATHO. Pesquisa Salarial. Catho, 2022. Disponível em:

<https://www.catho.com.br/empresas/pesquisa-salarial/> Acesso em: 18 mar. 2023.

FREEPIK. Banco de imagens gratuito. Disponível em: <https://br.freepik.com/> Acesso em: 18 mar. 2023.

IBGE. Inflação. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> Acesso em: 18 mar. 2023.

CARVALHO, Sandro. Retrato dos rendimentos e horas trabalhadas – resultados da PNAD Contínua do primeiro trimestre de 2022. IPEA, 10 de jun.2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/indice-de-gini/> Acesso em: 18 mar. 2023.

Aula 3 - Hiperinflação e o Brasil da década de 1980.

Sugestão de docentes ministrantes: Professores de História, Geografia e Matemática conjuntamente.

Habilidade: (EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos, gráficos, mapas, tabelas etc.).

Habilidade específica: Selecionar evidências e compor argumentos relativos políticos, econômicos e sociais com informações de natureza qualitativa.

Objetivo: Possibilitar a construção de conhecimento em relação a economia do Brasil na década de 1980, com enfoque na hiperinflação. Encaminhar a construção de um trabalho de valorização da história oral de cunho qualitativo sobre o período.

Materiais necessários ao desenvolvimento da aula: Quadro e projetor.

Materiais a serem distribuídos aos alunos: Folha A4 com proposta de trabalho a ser realizado.

Materiais demandados aos alunos: Caderno e material de escrita.

Referência indicada para os professores: Capítulo 8 (De cara com o inimigo) do livro "Saga brasileira: A longa luta de um povo por sua moeda" de Miriam Leitão.

1. Desenvolvimento:

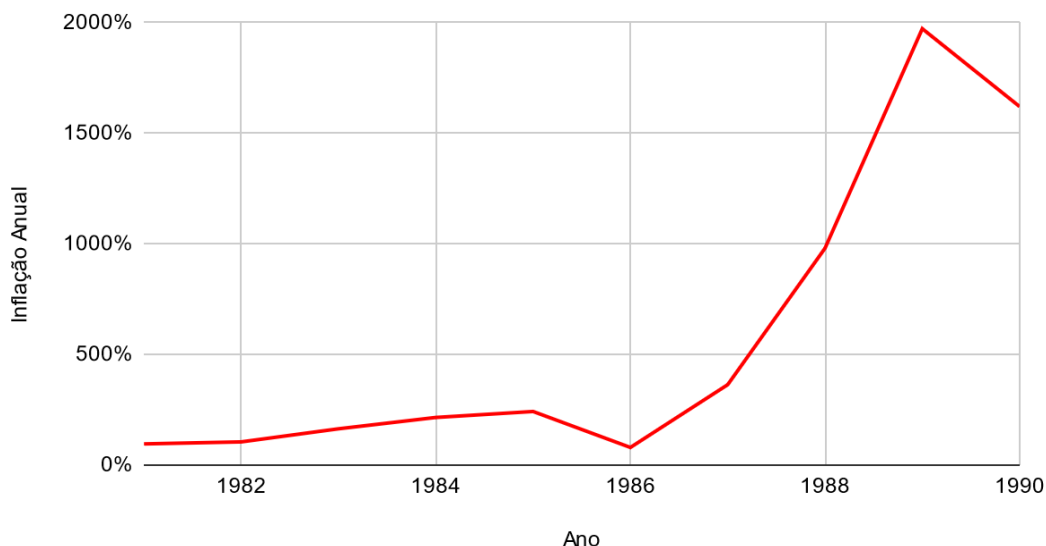
Escrever no quadro, utilizando o projetor para projeção do gráfico e cédulas:

Hiperinflação

Trata-se de uma inflação muito **alta e descontrolada**, que chega a atingir taxas acima de 50% ao mês, e taxas anuais superiores a 1.000%.

Significando que os preços dos produtos aumentavam de forma assustadora e a cada dia era preciso gastar mais dinheiro para comprar a mesma quantidade de produtos.

Inflação medida pelo IPCA/IBGE (1981-1990)



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2023).

Pergunta para incitar os alunos: Durante o período abordado pelo gráfico o Brasil sofreu de hiperinflação em algum ano?

A inflação em **2022** no Brasil foi de **5,79%** (IBGE, 2023), durante a década de 1980 a inflação anual nunca esteve abaixo dos **79,65%** (valor atingido em **1986**), o valor mais alto atingido durante a década foi em 1989, com **1.972,91%**.

*Exemplo: Aplicando essa inflação a um produto hipotético, digamos um televisor que custa **1.000 cruzados novos** (moeda em vigor da época) no dia 1 de janeiro de 1989, chegaria a custar **19.729 cruzados novos** no último dia do ano.*

Moedas do período

Temos como moeda oficial do Brasil o Real (R\$), já há 29 anos, mas durante a década de 1980, em apenas 10 anos, estiveram em circulação 5 moedas diferentes:



Cruzeiro (Cr\$) (1970-1984) . Fonte: Anúncio do Mercado Livre.



Cruzeiro (eliminado os centavos) (Cr\$) (1984-1986). Cr\$ 1 = Cr\$ 1,00. Fonte: Anúncio do Mercado Livre.



Cruzado (**Cz\$**) (1986-1989). Cz\$ 1,00 = Cr\$ 1.000. Fonte: Anúncio do Mercado Livre.



Cruzado (**NCz\$**) (1989-1990). NCz\$ 1,00 = Cz\$ 1.000,00 Fonte: Anúncio do Mercado Livre.



Cruzeiro (**Cr\$**) (1990-1993). Cr\$ 1,00 = NCz\$ 1,00. Fonte: Anúncio do Mercado Livre.

Razões e contexto: *(Elaborado com base em Leitão (2011)).*

As principais razões que contribuíram para o período hiperinflação foram:

Endividamento externo: o país havia se endividado muito no exterior durante as décadas de 1970 e 1980 para financiar grandes projetos de desenvolvimento.

Crise do petróleo: A crise do petróleo em 1973, levou o país importar petróleo a preços mais altos, aumentando o déficit comercial e o endividamento.

O barril do petróleo que custava \$3,00 em 1972, saltou para \$12,00 em 1974.

Gastos públicos elevados: o governo federal elevou significativamente seus gastos durante o período militar, com investimentos em infraestrutura e programas sociais. Gastos financiados em grande parte pela **emissão de moeda**, o que **contribuiu para a inflação**.

Indexação da economia: os preços e salários eram reajustados automaticamente de acordo com a inflação passada, levando a uma espiral inflacionária, em que a inflação se alimentava a si mesma.

Falta de confiança na moeda: a hiperinflação também foi alimentada pela falta de confiança na moeda nacional, o cruzeiro. Os brasileiros temiam que o valor da moeda caísse rapidamente, então gastavam o que possuíam o mais rápido possível.

Particularidades do período:

Gatilho salarial: Mecanismo pelo qual há reajuste automático dos salários cada vez que a inflação atinge certo patamar.

Em 1986 o governo estabeleceu o reajuste automático sempre que a inflação chegasse a 20% ao ano. Com a aceleração da inflação no ano seguinte, o gatilho era disparado mensalmente.

Exemplo: Considerando Janeiro com inflação de 15% e Fevereiro com inflação de 8%; resultaria em um reajuste salarial de 24%, mesmo que o reajuste salarial anual tivesse ocorrido no final de dezembro.

Corrida para transformar o salário em mercadoria: Tendo em vista a alta inflação, em que se observava a remarcação de preços até mais de duas vezes ao dia, ao receber o salário, o trabalhador e sua família corriam ao comércio para transformar o dinheiro em produtos, como forma de se proteger da inflação.

Rancho: A cultura de ir ao supermercado logo após o recebimento do salário, e realizar todas as compras para o mês, intensifica-se durante o período da hiperinflação da década 1980 e permanece, em menor grau, até hoje, especialmente na parcela mais idosa da população, que vivenciou profundamente esse momento.

Fiscal do Sarney: Em 1986, o então presidente José Sarney, lançou o Plano Cruzado, que dentre outras medidas "congelou" o preço das mercadorias. Para fazer valer a proposta, a população foi estimulada a denunciar os pontos de venda que aumentassem os preços dos produtos, chegando a chamar a polícia para decretar a prisão dos responsáveis pelos estabelecimentos. O plano foi um fiasco, e em pouco tempo causou desabastecimento das prateleiras.

2. Questões a serem realizadas em sala de aula para construção, solidificação do conteúdo e em sequência debatidas coletivamente:

1. Por quais razões você acha que o congelamento de preços decorrente do Plano Cruzado não foi eficiente no controle da inflação?
2. Como você acha que um período de hiperinflação afetaria os seus hábitos de consumo atuais?
3. Qual é a relação entre o aumento da emissão de papel moeda e o processo inflacionário?

1. Proposta de atividade:

Organizados em duplas, os alunos devem entrevistar, ao longo das duas semanas subsequentes à aula, um ou mais familiares, amigos da família, vizinhos ou conhecidos, que tenham vivenciado a década de 1980 em algum grau. Em uma aula subsequente haverá a entrega da entrevista e a socialização dos relatos recebidos pelos alunos.

Os entrevistados devem ter mais de 65 anos, de forma a terem vivenciado economicamente a década de 1980 ativamente. A atividade visa a valorização da história oral, o estímulo à troca de saberes e a abertura por parte dos alunos em construir o aprendizado fora da sala de aula.

Cinco questões serão disponibilizadas aos alunos, mas que não exaurirão o trabalho necessariamente, sendo estimulado que os discentes façam outras perguntas que possam surgir sobre a temática aos entrevistados, ao mesmo tempo que será instigado que eles construam o material também com base em outros dizeres correlatos que possam surgir por parte dos entrevistados.

Questões:

1. Quando recebia seu salário ou outros ganhos, como você costumava lidar com esse dinheiro, de forma a se proteger da inflação?
2. Você se lembra de algum evento específico que tenha lhe marcado nessa época?
3. Você se lembra de alguma história engraçada ou curiosa relacionada a esse período de alta inflação?
4. Como a alta inflação impactou o seu planejamento financeiro a longo prazo?
5. O que você acha que as pessoas que não viveram a inflação da década de 1980 precisam saber sobre esse período?

Referências:

IPEADATA. Histórico das alterações da moeda nacional. Disponível em: http://ipeadata.gov.br/iframe_histmoedas.aspx Acesso em: 18 mar. 2023.

LACERDA, Nara. Como era viver no Brasil da inflação descontrolada dos anos 1980?. Brasil de Fato, 18 ago. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/08/18/como-era-viver-no-brasil-da-inflacao-descontrolada-dos-anos-1980> Acesso em: 18 mar. 2023.

LEITÃO, Miriam. Saga brasileira: A longa luta de um povo por sua moeda. Record; 11ª edição. São Paulo: Record, 2011.

Aula 4 - Década de 1990 e a implementação do plano real.

Sugestão de docentes ministrantes: Professores de História, Geografia e Matemática conjuntamente.

Habilidade: (EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos, gráficos, mapas, tabelas etc.).

Habilidade específica: Selecionar evidências e compor argumentos relativos políticos, econômicos e sociais com informações de natureza qualitativa.

Objetivo: Possibilitar a construção de conhecimento em relação a economia do Brasil na década de 1990, com enfoque na implementação do Plano Real. Encaminhar a construção de um trabalho de valorização da história oral de cunho qualitativo sobre o período.

Materiais necessários ao desenvolvimento da aula: Quadro e projetor.

Materiais a serem distribuídos aos alunos: Folha A4 com proposta de trabalho a ser realizado.

Materiais demandados aos alunos: Caderno e material de escrita.

Referência indicada para os professores: Capítulo 13 (Em tempo real) do livro “Saga brasileira: A longa luta de um povo por sua moeda” de Miriam Leitão.

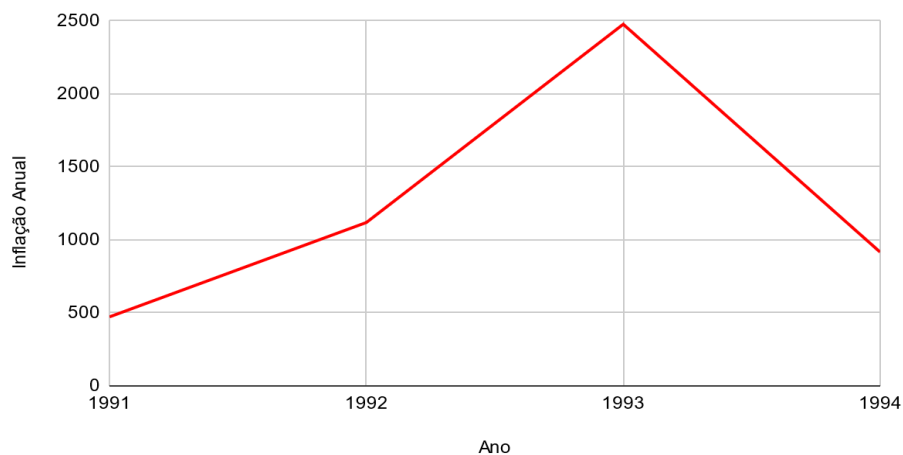
1. Desenvolvimento:

Escrever no quadro, utilizando o projetor para projeção de gráficos e tabelas:

A Hiperinflação continua.

- Durante os primeiros anos da década de 1990 a hiperinflação observada ao longo da década anterior prosseguiu.
- Alcançando em 1993, o índice mais alto observado, levando em consideração tanto a década (então) corrente quanto a anterior, chegando próximo dos 2.500% anuais.

Inflação medida pelo IPCA/IBGE (1991-1994)



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2023).

Moedas do período

A década de 1990 contou com três moedas diferentes, culminando na implementação do real em 1994, que segue em circulação até hoje.



Cruzado (1990-1993). Fonte: Anúncio do Mercado Livre.



Cruzado (1993-1994). Fonte: Anúncio do Mercado Livre.



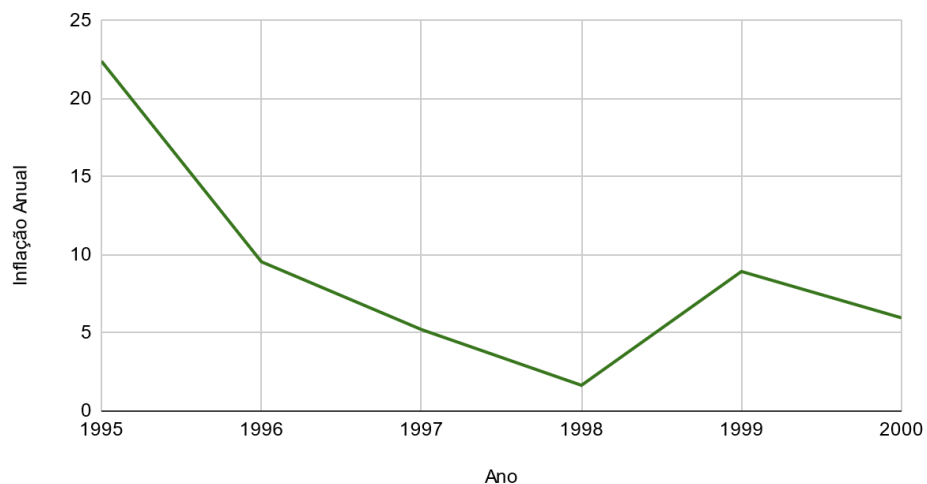
Real (1994-atualmente). Fonte: Banco Central.

Implementação do Plano Real (Elaborado com base em Nexo jornal (2019))

- Em julho de 1994 começaram a circular as cédulas de real. O plano era o sexto em menos de 10 anos.
- Os planos anteriores do governo Sarney tinham foco no combate ao sintoma e não à doença, sendo baseados em congelamento de preços.
- Enquanto no governo Collor houve o bloqueio das poupanças, impedindo o saque dos recursos. Buscando tirar dinheiro de circulação, reduzindo a demanda por produtos e serviços.
- O Plano Real teve como um dos principais pilares a atenção em deter as causas da inflação. Com especial preocupação com o controle das contas públicas.

- O arrocho nas contas públicas da União veio antes do plano com uma redução drástica do déficit.
- Outra preocupação foi atrair dólares do mercado internacional como forma de manter a taxa de câmbio estabilizada.
- O dólar foi usado de âncora. O governo decidiu que R\$ 1 valeria perto de US\$ 1, sendo preciso ter dólares para oferecer a todos que quisessem e para isso o país precisava ter reservas.
- Para ter reservas e atrair moeda estrangeira, o instrumento foi a taxa de juros. O Brasil pagava uma taxa atrativa para convencer investidores a colocarem dinheiro no país.

Inflação medida pelo IPCA/IBGE (1995-2000)



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2023).

Aspectos negativos da implementação do Plano Real *(Elaborado com base em Nexo jornal (2019))*

- Para combater a inflação, o plano era composto de várias medidas **recessivas** e de desestímulo ao consumo.

Medidas recessivas: que visam desacelerar a economia, resultando frequentemente em redução do produto interno.

- Além de aumento de impostos, cortes de investimentos públicos e aumento da taxa de juros, visando atrair capital estrangeiro.
- O poder de compra do trabalhador, que vinha reduzindo com a desvalorização da moeda, foi mantido em patamares baixos.
- Assim que o real entrou em circulação, o poder de compra do salário mínimo caiu e nos anos seguintes esteve no patamar mais baixo em um período de 25 anos.
- O desemprego aumentou, a taxa anual, que estava próximo de 6% ao ano no início da década, passou a subir depois de 1995 e ficou perto dos 10%.

Mudanças no real decorrentes da inflação.

A inflação após a implementação do Plano Real, variou para termos muito mais baixos e aceitáveis, atingindo 22,41% em 1995, e após isso nunca ultrapassando os 13% anuais.

Mas quando consideramos a inflação acumulada, nos 29 anos de circulação da moeda, chegamos a um valor próximo aos 610%.

Logo no primeiro mês de circulação do real, a nota de R\$1,00 tinha um valor de mercado que hoje seria próximo de R\$7,10.

Com o passar do tempo, a cédula perdeu importância na carteira dos brasileiros, passando a ser vista como um "troco". Papel que foi afirmado com o fim da circulação da cédula e inclusão da moeda de mesmo valor



Cédula de R\$1,00. Fonte: Banco Central.

Nesse mesmo contexto, a cédula de R\$2,00 entra em circulação, sendo interessante notar que o valor dela atualmente se aproxima do valor da moeda de 25 centavos no lançamento do Plano Real.



Cédula de R\$2,00. Fonte: Banco Central.

Quando o Plano Real é posto em prática em julho de 1994, o salário mínimo era de R\$70,00, ou seja, a cédula de R\$100,00 tinha um valor superior ao do salário mínimo. Em comparação, atualmente a cédula consiste em cerca de 8% do salário mínimo vigente.

O lançamento da cédula de R\$200,00 ocorrido durante os últimos anos, consiste em uma cédula que abrange cerca de 15% do salário mínimo nacional.



Cédula de R\$200,00. Fonte: Banco Central.

A moeda de R\$0,01 é a única unidade de troca que foi totalmente descontinuada, diferente da cédula de R\$1,00 que foi substituída por uma moeda de mesmo valor. Quando no lançamento do real em 1994, a moeda tinha um valor que hoje seria próximo de R\$0,10, tendo importância na carteira e nas trocas realizadas pelos brasileiros.



Moeda de R\$0,01. Fonte: Anúncio do Mercado Livre.

1. Questão a ser realizada e debatida em aula:

Considerando uma manutenção das taxas inflacionárias observadas ao longo dos quase 30 anos do Plano Real, quais moedas ou notas você vê saindo ou entrando em circulação em curto ou médio prazo? Justifique.

3. Proposta de atividade:

Organizados em duplas, as mesmas referentes à proposta de trabalho da aula anterior, os alunos devem entrevistar, ao longo da semana subsequente à aula, um ou mais familiares, amigos da família, vizinhos ou conhecidos, que tenham vivenciado a década de 1990.

O entrevistado, ou entrevistados podem ser os mesmos da proposta da atividade da aula anterior. Em uma aula subsequente haverá a entrega da entrevista e a socialização dos relatos recebidos pelos alunos.

Os entrevistados devem ter mais de 50 anos, de forma a terem vivenciado economicamente a década de 1990, em especial a implementação do Plano Real ativamente. A atividade visa a valorização da história oral, o estímulo à troca de saberes e a abertura por parte dos alunos em aprender fora da sala de aula.

Quatro questões serão disponibilizadas aos alunos, mas que não exaurirão o trabalho necessariamente, sendo estimulado que os discentes façam outras perguntas que possam surgir sobre a temática aos entrevistados, ao mesmo tempo que será estimulado que eles construam o material também com base em outros dizeres correlatos que possam surgir por parte dos entrevistados.

Questões:

1. Você acha que o Plano Real ajudou a melhorar a vida das pessoas mais pobres?
2. Como a redução da inflação em 1994 e nos anos seguintes, mudou a forma que você lidava com o consumo (idas ao supermercado, administração do salário ao longo do mês, etc)?
3. Como a estabilização da economia impactou o planejamento financeiro a longo prazo seu e da sua família?
4. O que você acha que as pessoas que não viveram a implementação do real em 1994 precisam saber sobre esse período?

Referências:

BANCO CENTRAL. Calculadora do cidadão. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/corrigerPorIndice.do?method=corrigerPorIndice> Acesso em: 22 mar. 2023.

CASTRO, José Roberto. O que foi o Plano Real e como ele controlou a hiperinflação. Nexo Jornal, 2. dez. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2019/06/30/O-que-foi-o-Plano-Real-e-como-ele-controlou-a-hiperinfla%C3%A7%C3%A3o> Acesso em: 22 mar. 2023.

IPEADATA. Histórico das alterações da moeda nacional. IPEA, 2023. Disponível em: http://ipeadata.gov.br/iframe_histmoedas.aspx Acesso em: 18 mar. 2023.

IPEADATA. Índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA): taxa de variação. IPEA, 2023. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=1410807112&module=M> Acesso em: 18 mar. 2023.

Aula 5 - Socialização, apresentação e troca de experiências sobre as entrevistas conduzidas.

Sugestão de docentes ministrantes: Professores de História, Geografia e Matemática conjuntamente.

Habilidade: (EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos, gráficos, mapas, tabelas etc.).

Habilidade específica: Selecionar evidências e compor argumentos relativos políticos, econômicos e sociais com informações de natureza qualitativa.

Objetivo: Fomentar o debate e a troca de saberes sobre a hiperinflação da década de 1980 e a implementação do Plano Real da década de 1990, a partir do material qualitativo construído pelos alunos.

Materiais necessários ao desenvolvimento da aula: Folha A4 com uma cédula de cruzeiro impressa.

Referência indicada para os professores: Artigo da Carta Capital: “O círculo em sala de aula impede que os alunos fiquem invisíveis” de Luana Tolentino.

1. Proposta de atividade:

Apresentações, Socialização e troca de experiências relacionadas às propostas de atividade de entrevistas propostas ao fim das duas aulas anteriores.

- Sugiro que a turma seja organizada em um círculo, com as duplas formadas para a construção dos trabalhos sentadas lado a lado.
- Como totem que determinará o grupo que conduzirá o momento, sugiro utilizar uma nota de Cruzeiro (Cr\$) impressa em uma folha A4, que deve circular pela roda de participantes.



Cruzeiro (Cr\$) (1970-1984) . Fonte: Anúncio do Mercado Livre.

1.1 Discussão das entrevistas sobre a economia brasileira na década de 1980.

- Partindo do trabalho sobre a economia brasileira na década de 1980 (proposta de atividade da aula 3).
- Uma dupla deve iniciar contando sobre a experiência de construção do trabalho, de escutar um familiar ou pessoa próxima sobre um momento importante da história do país e quão frequente são esses momentos na vivência deles.
- Com os alunos descrevendo as respostas dos entrevistados, propiciando uma constante troca de saberes e experiências entre as duplas.
- Comparação dos relatos dos diferentes entrevistados.

1.2 Discussão das entrevistas sobre a implementação do Plano Real.

- Esgotado as apresentações e trocas de experiência sobre a entrevista referente ao Brasil da década 1980; dá-se sequência, dessa vez abordando as entrevistas referentes à implementação do plano real.
- Buscando estimular os discentes a traçar paralelos e dissonâncias nos relatos dos entrevistados.
- Encerrar o debate buscando estimular os alunos a abordarem sobre seu aprendizado durante a construção da proposta de trabalho.

2. Fechamento

- Ao fim da aula as duplas devem entregar ambos os trabalhos frutos das entrevistas.

Referências:

TOLENTINO, Luana. O círculo em sala de aula impede que os alunos fiquem invisíveis. Carta Capital, 11 jul. 2018. Disponível em: Luana Tolentino... Leia mais em <https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/o-circulo-em-sala-de-aula-impede-que-os-alunos-fiquem-invisiveis/> Acesso em: 20 mar. 2023.

Aula 6 - Reprodução de um supermercado em sala de aula

Sugestão de docentes ministrantes: Professores de História, Geografia e Matemática conjuntamente.

Habilidade: (EM13MAT104) Interpretar taxas e índices de natureza socioeconômica, tais como índice de desenvolvimento humano, taxas de inflação, entre outros, investigando os processos de cálculo desses números.

Habilidade específica: Interpretar o impacto da taxa de inflação, investigando o efeito dela no poder de compra do trabalhador.

Objetivo: Propiciar o entendimento do efeito da inflação no poder de compra do trabalhador ao longo de um ano.

Materiais necessários ao desenvolvimento da aula: Quadro e projetor.

Materiais a serem distribuídos aos alunos: Folha A4 com proposta de trabalho a ser realizado.

Materiais demandados aos alunos: Caderno e material de escrita.

Referência indicada para os professores: Artigo jornalístico do G1: “Carrinho esvaziado: g1 mostra a queda do poder de compra de R\$200,00 em dois anos no Brasil” de Thaís Matos e Paula Paiva Paulo.

1. Momento desequilibrante

Debate inicial da questão: “**É possível ter um consumo adequado e satisfatório recebendo um salário mínimo (R\$ 1302,00)?**”.

2. Desenvolvimento

Proposta de atividade:

2.1 Poder de compra do salário mínimo:

- Dividindo a turma em trios, ofertando aos alunos orçamento limitado hipotético, mensurado com base no salário mínimo corrente nacional, subtraído de custos mensais fixos.

- Desafiando os trios a fazer as compras mensais para uma pessoa no primeiro dia após o reajuste do salário mínimo.
- Com cartões impressos representando bens e seus preços correntes.
- Em sala de aula será projetado uma espécie de supermercado, com as classes representando corredores, e os cartões dispostos sobre as mesas buscando simular a divisão em seções, tradicionalmente vistas dos mercados.
- Os professores representarão o papel de caixa do supermercado, realizando a soma dos produtos na mesa do professor.
- Possibilitando a absorção do conceito de poder de compra do salário mínimo em uma experiência próxima a realidade enfrentada pela maior parte dos brasileiros, propiciando o entendimento do conhecimento de classe.

Notas:

- *Os alunos sentindo falta de algum produto que julguem essencial ao seu consumo, devem avisar o professor, que elaborará um cartão e definirá o valor em reais para desenvolvimento da atividade.*
- *Para fins didáticos vamos considerar que todos os produtos, mesmo os perecíveis, como legumes e carnes, têm uma validade de ao menos 30 dias.*
- *Utilização de pequenas caixas ou potes como representantes do carrinho de compras.*
- *Foi considerado um trabalhador que não possui custos recorrentes de aluguel e condomínio.*

Especificação	Valores
Salário mínimo	R\$ 1.302,00
Conta de luz	R\$ 200,00
Conta de água	R\$ 100,00
Conta de internet	R\$ 100,00
Gastos com transporte	R\$ 200,00
Valor remanescente	R\$ 700,00

Fonte: elaboração própria.

Cartas



Arroz (1 kg)
R\$4,00



Massa (500g) - R\$4,00



Feijão (1 kg) - R\$6,00



Farinha de Trigo
(1 kg) - R\$4,00



Lentilha (1 kg)
R\$12,00



Polenta (1 kg)
R\$10,00



Tapioca (1 kg) - R\$15,00



Molho de Tomate
(400g) - R\$3,50



Pão de sanduiche
(500g) - R\$6,00



Pão francês (1 kg) -
R\$13,00



Requeijão (500g) -
R\$14,00



Margarina (500g) -
R\$7,00



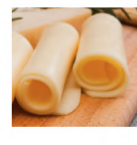
Maionese (500g) -
R\$8,00



Ketchup (500g) -
R\$8,00



Mostarda (500g) -
R\$10,00



Queijo mussarela (1 kg) -
R\$45,00



Calabresa (1 kg) -
R\$25,00



Bacon (1 kg) - R\$35,00



Presunto (1 kg) -
R\$25,00



Coxão de dentro
(1 kg) - R\$40,00



Peito de Frango (1kg)
R\$18,00



Coxa e sobrecoxa
(1kg) - R\$12,00



Carne Moída (1 kg)
R\$30,00



Filé mignon (1kg) -
R\$60,00

Fonte: elaboração própria com base no banco de imagens gratuito Freepik (2023)



Tomate (1 kg)
R\$6,00



Batata (1 kg)
R\$6,00



Cenoura (1 kg)
R\$4,00



Cebola (1 kg)
R\$5,00



Moranga (1 kg)
R\$6,00



Alho (1 kg)
R\$20,00



Banana (1 kg)
R\$4,50



Maça (1 kg)
R\$7,00



Laranja (1 kg)
R\$5,00



Mamão (1 kg)
R\$10,00



Uva (1 kg)
R\$8,00



Pêssego (1 kg)
R\$8,00



Detergente (500ml)
R\$3,00



Sabão em pó (1 kg)
R\$12,00



Amaciante (1L)
R\$10,00



Creme dental (90g)
R\$3,00



Shampoo (400ml)
R\$14,00



Sabonete (100g)
R\$3,00



Papel higiênico
(12x30) - R\$16,00



Desodorante
(150 ml) - R\$12,00



Pernil suíno (1 kg) - R\$16,00



Leite longa vida (1L) R\$4,50



Salgadinho (200g) R\$12,00



Biscoito recheado (100g) - R\$2,50



Chocolate (100g) R\$5,00



Caixa de bombom (300g) - R\$12,00



Açúcar (1 kg) - R\$4,50



Sal (1 kg) - R\$3,50



Vinagre (1L) - R\$3,00



Óleo de soja (1L) R\$8,00



Milho (200g) R\$3,50



Ervilha (200g) R\$3,50



Atum (200g) - R\$8,00



Sardinha (150g) R\$6,00



Leite condensado (400g) - R\$6,00



Creme de leite (200g) R\$3,00



Café solúvel (200g) R\$12,00



Café em pó (500g) R\$18,00



Achocolatado (1 kg) R\$15,00



Erva mate (1 kg) R\$13,00



Doce de leite (500g) R\$12,00



Pizza (500g) R\$15,00



Lasanha (600g) R\$16,00



Iogurte (1L) R\$8,00

Fonte: elaboração própria com base no banco de imagens gratuito Freepik (2023)

2.2 O impacto da inflação no carrinho de compras:

- No segundo momento, buscando propiciar a observação do efeito da inflação no poder de compra dos trabalhadores, o orçamento disponível será reduzido.
- Utilizando como base a inflação anual mais alta observada ao longo dos anos de Plano Real, a de 1995 (com 22,41%), o orçamento disponível para as compras no supermercado seria abreviado de R\$700,00 para R\$540,00.
- Os grupos são aconselhados a retirar de seu carrinho de compras R\$160,00 em produtos como forma de se adequar ao novo orçamento, mais enxuto, disponível.
- É indicado que os alunos sejam aconselhados a retirar dos carrinhos os bens que julgarem menos essenciais.

Notas:

- *Utilizo a redução do orçamento e não o aumento nominal dos preços, como forma de reaproveitar o cesto de compras da primeira parte da atividade, e não ter que imprimir novos cartões e reorganizar o mercado totalmente.*
- *A segunda parte da atividade é pensada como uma nova visita ao supermercado realizada cerca de um ano depois, mas ainda sem reajuste salarial.*
- *A tarefa visa possibilitar vislumbrar o efeito prático da inflação ao longo de um ano.*

1. Fechamento

Questões para elaboração, debate e fechamento da aula e da unidade didática:

Conclui com questões direcionadas a possibilitar aos alunos exercitar as questões levantadas ao longo das atividades e auxiliar na construção e solidificação do conhecimento proposto ao longo da aula e da unidade didática.

Questões:

1. Disserte sobre como realizar essa atividade fez você repensar o poder de compra do salário mínimo.
2. Segundo o Art. 7º da Constituição Federal de 1988, o salário mínimo deve ser capaz de prover moradia, alimentação, lazer, vestuário e higiene aos trabalhadores. Com base nessa atividade e no que foi abordado ao longo da unidade, você acha que isso ocorre? Justifique.
3. Você deixou de fora produtos do seu interesse por achar que não se encaixam no orçamento disponível? Você acha que isso é uma constante para população brasileira? Disserte.
4. Qual foi o efeito da inflação no seu carrinho de compras? Que estratégia você adotou para lidar com a redução do orçamento disponível para as compras mensais?
5. Caso a inflação fosse ainda mais intensa, reduzindo o orçamento, não para R\$540,00, mas para R\$350,00, você acha que seria capaz ao menos de adquirir o mínimo para subsistência mensal? Disserte.

Referências

FREEPIK. Banco de imagens gratuito. Disponível em: <https://br.freepik.com/>
Acesso em: 18 mar. 2023.

IBGE. Inflação. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>
Acesso em: 18 mar. 2023.

MATOS, Thaís; PAULO, Paula Paiva. Carrinho esvaziado: g1 mostra a queda do poder de compra de R\$ 200 em dois anos no Brasil. G1, 8 jul. 2022. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/07/08/carrinho-esvaziado-g1-mostra-a-queda-do-poder-de-compra-de-r-200-em-dois-anos-no-brasil.ghtml> Acesso em: 20 mar. 2023.

WELLE, Arthur; FURNO, Julliane; ZAHLUTH, Pedro Paulo. O poder de compra do salário mínimo: dos governos Lula a Bolsonaro. NOTA DO CECON N. 18. UNICAMP, Instituto de Economia, 2022. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/noticias/o-poder-de-compra-do-salario-minimo-dos-governos-lula-a-bolsonaro-nota-do-cecon-n-18> Acesso em: 18 mar. 2023.

